

A presença de corpos estranhos nas preparações injectáveis constitui portanto um inconveniente que se deve eliminar.

Poucos dados existem acerca do «controle» daquelas impurezas mecânicas, o qual é geralmente efectuado a olho nú em condições de luz apropriadas.

Os AA. descrevem o aparelho por eles idealizado, simples e prático, que permite o exame de cerca de cem unidades por hora, quaisquer que sejam as condições de luz.

Os recipientes contendo a solução injectável são fixados mediante dispositivos apropriados e submetidos por meio de um motor eléctrico, a um movimento de rotação controlável, durante o tempo desejado.

Após a paragem da rotação do recipiente a solução, por inércia, continua a rodar arrastando no seu movimento as eventuais impurezas presentes.

Na base do aparelho existe uma fonte luminosa que, enviando através de uma lente condensadora um feixe de luz de raios paralelos pelo eixo do recipiente, ilumina o líquido em movimento, evidenciando assim as eventuais partículas em suspensão.

Uma lente de aumento torna mais cómoda a observação, e o uso de filtros corados aumenta o contraste.

Dispositivos especiais permitem a utilização deste aparelho para frascos e ampolas, de qualquer tamanho ou feitio.

Este aparelho permite somente o «controle» do grau de limpidez das soluções; para a determinação da natureza das partículas, a solução em estudo é filtrada no vácuo, através de um papel de filtro de 2 cm de diâmetro, e as impurezas assim retidas são examinadas ao estereomicroscópio e eventualmente medidas com o auxílio de uma ocular micrométrica.

Os AA. utilizam este aparelho para o «controle» de rotina da produção de especialidades destinadas a uso injectável, além do «controle» sistemático das várias fases do trabalho, o que tem permitido individualizar rapidamente a fase da produção responsável pela presença das impurezas, eliminando assim as causas.

## da Ordem dos Farmacêuticos

### TEMPO DE LIQUEFACÇÃO DOS SUPPOSITÓRIOS RECTAIS

SETNIKAR, I. e FANTELLI, S.: *J. Pharmac. Sc.*, 51, 566 (1962)

Os vários métodos propostos para determinação do ponto de fusão de supositórios podem ser classificados em dois grupos: determinações do ponto de fusão dos supositórios num meio seco e num banho de água.

Assim o ponto de fusão é determinado num meio muito diferente do do recto, que não é nem anidro nem aquoso e qualquer destes métodos não nos dá o tempo de liquefacção dos supositórios à temperatura do corpo, dado importantíssimo para os supositórios com drogas de acção geral e que vão ser absorvidas; além disso um supositório

que leva muito tempo a liquefazer-se pode ser expelido ainda com droga incluída não contando com a própria acção irritante por ele exercida e independente da droga.

Os AA. são de opinião que a U. S. P. devia recomendar para os supositórios que incluíssem uma ou mais drogas de acção geral, um tempo máximo de liquefacção, igualmente como fixa tempos máximos de desagregação para os comprimidos.

Naturalmente se um aparelho nos vai dar uma indicação segura deve reproduzir as condições mecânicas e químicas do recto, tão fielmente quanto possível.

Os AA. descrevem um aparelho em que praticamente todas essas condições de temperatura, de transmissão de calor, de semipermeabilidade das paredes e de pressão, podem ser reproduzidas num tubo dialisador de celofane semipermeável, imerso em banho de água a 37°C. Com este aparelho pode ser medido o tempo de liquefacção dos supositórios rectais com bases, quer oleosas quer líquido-solúveis.

O aparelho, cujo esquema os AA. apresentam, consiste num cilindro de vidro com um diâmetro externo de 50 mm, estreitando para cerca de 22 mm nas duas extremidades num comprimento de 30 mm, de cada lado. O cilindro tem duas ligações por onde entra a água termoregulada a 37°C.

As determinações, «in vitro», feitas neste aparelho foram comparadas com determinações do tempo de liquefacção dos mesmos supositórios, «in vivo» (e verificadas por radiografias), havendo concórdância nos dois resultados.

Igualmente é apresentado um quadro em que são indicados os pontos de fusão e os tempos de liquefacção mínimos das bases gordas e hidro-solúveis mais usadas para supositórios.

Os AA. terminam por concluir que para os supositórios de acção local como por exemplo os de glicerina, o amolecimento ou a liquefacção não são essenciais, mas para aqueles que contêm drogas com acções gerais a sua libertação depende principalmente da liquefacção do supositório e isto é de tão grande importância biológica que o máximo limite para o tempo de liquefacção destes supositórios deveria ser fixado em 10 minutos.

M. G. O.

## FARMACOGNOSIA E ANÁLISES APLICADAS

### AS MUCOPROTEÍNAS SÉRICAS EM ALGUMAS AFECÇÕES

TRINCÃO, M.; CARVALHEIRA, A. & GASPAR, E.: *Gaz. Méd. Port.*, 15, 108 (1962)

O complexo seromucóide do soro humano, inicialmente estudado por WINZLER e col., tem tido ultimamente muito interesse, à medida que os seus valores vão sendo conhecidos. Vários autores têm chamado a atenção dos clínicos para a importância da sua determinação quando

conjugada com outras provas laboratoriais já bem conhecidas. E, apesar da sua dosagem não estar ainda muito vulgarizada entre nós, ela tem vindo a impor-se cada vez mais.

Os autores do presente trabalho fizeram o doseamento das mucoproteínas em diversas afecções e chegaram à conclusão que, em icterícias obstrutivas, doenças de carácter neoplásico, febre reumática e pneumopatias os valores obtidos são sempre elevados.

Para o doseamento recomendam a colheita do sangue em jejum separando-se o soro o mais cedo possível dos glóbulos vermelhos. O soro não deve apresentar-se hemolisado. Nestas condições o soro poderá ser guardado no frigorífico por uns dias sem que o seu teor em mucoproteínas seja alterado. Também, não é indiferente usar soro ou plasma, pois neste a concentração de mucoproteínas chega a ser 30 % mais baixo, e varia com o anticoagulante empregado.

A técnica do doseamento seguida pelos autores é a seguinte: A 2 ml de soro juntar 8 ml de ácido perclórico a 0,75 M (obtido por diluição de 8,1 ml de ácido perclórico a 60 % com água destilada até 100 ml, em balão aferido; aferir por um soluto titulado de hidróxido de sódio em presença do indicador vermelho de metilo). Misturar bem. Decorridos 10 minutos, filtrar por papel Whatman n.º 50. A 5 ml do filtrado (= 1 ml de soro) juntar 1 ml de ácido fosfotúngstico a 5 % em CIH 2 N e esperar 15 minutos. Centrifugar, decantar e lavar o precipitado uma vez com 1 ml de ácido fosfotúngstico. Centrifugar, decantar e deixar drenar bem. Dissolver o precipitado em 6,5 ml de  $\text{CO}_3\text{Na}_2$  a  $\frac{1}{5}$  da saturação (obtido primeiramente, pela dissolução de 10 g de carbonato de sódio anidro em 40 ml de água destilada, e, secundariamente, por diluição de um volume deste soluto concentrado com 5 volumes de água destilada). Tomar noutro tubo igual quantidade de solução de carbonato de sódio para o ensaio a branco. Juntar a ambos os tubos 1 ml de reagente de Fenol (Folin-Ciocalteus) diluído a  $\frac{1}{3}$  com água destilada (um volume de Reagente de Fenol + dois volumes de água destilada). Aguardar 1 hora precisa à temperatura ambiente e fazer a leitura da extinção a 600  $m\mu$ . Transferir para mg de tirosina consultando a respectiva curva.

A preparação da curva de calibração consiste em tomar 4 tubos e deitar nos três últimos respectivamente 0,25, 0,5 e 1 ml da solução de tirosina a 10 mg %. Deitar no primeiro tubo (padrão) 6,5 ml da solução de  $\text{CO}_3\text{Na}_2$  a  $\frac{1}{5}$  da saturação e aos outros um volume q. b. para 6,5 ml. Agitar bem. Juntar a cada tubo 1 ml do reagente fenólico de Folin-Ciocalteus diluído a  $\frac{1}{3}$  em água destilada; agitar e fazer a leitura colorimétrica ao fim de 1 hora, a 600  $m\mu$ . Seguindo a técnica indicada os três tubos correspondem respectivamente a 2, 5,5 e 10 mg de tirosina por 100 ml de soro. Representar gráficamente utilizando papel semi-logarítmico os valores transmissão/concentração. Obter-se-á uma recta que cortará o eixo de transmissões no ponto 100 por 100.

O valor das mucoproteínas no soro é expresso clinicamente em tirosina, fixando os autores os valores normais entre 3,4 e 3,6 mg %.

## TEST DE JIRGL NO DIAGNÓSTICO DOS ESTADOS ICTÉRICOS

VAZ SERRA, A. & BENEDITO DIAS: *Gaz. Méd. Port.*, 15, 1 (1962)

Entre um número tão avultado de provas correntemente efectuadas no laboratório para fazer o diagnóstico diferencial das icterícias obstrutivas e parenquimatosas, não havendo uma só que seja decisiva, JIRGL propõe mais um «test» indicando a sua vantagem sobre outros. Este investigador, em 1957, ao dosear as mucoproteínas do sangue, verificou que os soros dos doentes de icterícia obstrutiva ficavam turvos depois de lhes juntar o reagente de Folin-Ciocalteu segundo a técnica indicada mais adiante. O mesmo não acontecendo com os de hepatites ictericas, o «test» de JIRGL prendeu logo a atenção dos autores gregos, DAIKOS, MADHEOU e ATHANASIADHOU, que, experimentando-o no total de 90 doentes, verificaram que ele era positivo em 92 % de icterícias obstrutivas e negativo em 90 % das hepato-celulares, o que veio confirmar os resultados de JIRGL.

Os resultados dos autores deste trabalho estão de acordo com os de JIRGL, DAIKOS, MADHEOU e ATHANASIADHOU e dada a sua simplicidade e facilidade de execução bem como o seu valor clínico afirmam que o «test» de JIRGL merece ser considerado ao lado de outros «tests» laboratoriais correntemente utilizados no diagnóstico diferencial das icterícias.

A técnica consiste no seguinte: «Num tubo de ensaio juntar 4 ml de OHK 0,1 N a 1,6 ml de soro. Inverter duas ou três vezes o tubo e deixar em repouso durante 45 minutos, a temperatura ambiente. Juntar-lhe 4 ml duma solução de ácido sulfossalicílico a 20 %, misturar bem com vareta de vidro e deixar em repouso mais 10 minutos. Filtrar com papel Wathman n.º 50. Tomar num tubo de centrifuga 5 ml do filtrado e juntar-lhe 1 ml do ácido fosfotúngstico a 2 %.

Ao fim de 10 minutos o tubo é centrifugado a 1500 rotações por minuto durante 15 minutos. Lançar fora o líquido sobrenadante e redissolver o precipitado em 6,5 ml duma solução de carbonato de sódio a 10 % e juntar-lhe 0,5 ml do reagente de Folin-Ciocalteu diluído em 1 para 3 de água destilada.

Agitar bem o tubo e ler o resultado como segue, depois de o ter colocado diante de um «écran» negro iluminado fortemente: Se o líquido fica claro ou apenas azulado o resultado é negativo. Se há um esboço de floculação o resultado é duvidoso ( $\pm$ ). Se há uma floculação ligeira o resultado é fracamente positivo (+). Se há uma floculação nítida com tendência para formar precipitado o resultado é positivo (++) . Se há um abundante precipitado o resultado é fortemente positivo (+++).

É preferível fazer a leitura ao fim de um repouso de 12 horas.

H. S. S.



## ALGUMAS APLICAÇÕES DA ABSORÇÃO NO ULTRA-VIOLETA PARA A DETECÇÃO E DOSAGEM DE SUBSTÂNCIAS ORGÂNICAS NOS TECIDOS ANIMAIS

BRUSTIER, V.: *Prod. Pharm.*, 17, 263 (1962)

Estabelecidos os espectros U.V. de algumas substâncias, o A. pôde pesquisá-las, identificá-las e doseá-las em líquidos biológicos e em tecidos animais.

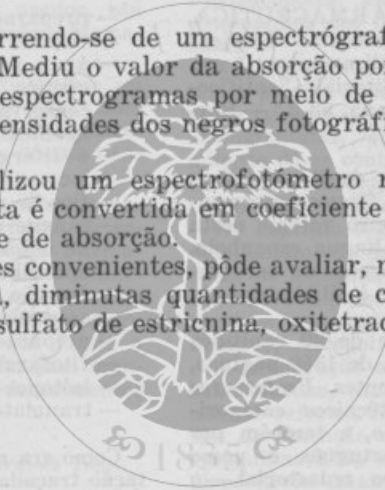
Isto reveste-se de apreciável interesse em análise biológica e em toxicologia, onde, por vezes, sobreleva os métodos químicos ou outras técnicas físicas, porquanto apresenta a vantagem de, através de fotografias ou curvas registadas, fornecer provas objectivas e indiscutíveis.

Por um lado, socorrendo-se de um espectrógrafo ZEISS, praticou o método fotográfico. Mediu o valor da absorção por fotometria fotográfica e registo dos espectrogramas por meio de um densitómetro, a fim de avaliar as intensidades dos negros fotográficos e convertê-los em valor numérico.

Por outra via, utilizou um espectrofotómetro registador que dá a densidade óptica. Esta é convertida em coeficiente de extinção molecular ou em coeficiente de absorção.

Depois de extracções convenientes, pôde avaliar, no sangue, noutros tecidos e até na urina, diminutas quantidades de cloridrato de petidina, cloropromazina, sulfato de estriçnina, oxitetraciclina e tiopental.

A. P.



## Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

# BIBLIOGRAFIA

ENCICLOPÉDIA FARMACÊUTICA, tomo II — Farmacotecnia; Técnicas preparatórias e medicamentos, 1 vol. *enc.*, 1366 pgs., Editorial Científico-Médica, Via Layetana, 53-3.º — Barcelona, 1963.

No número anterior da Revista Portuguesa de Farmácia fizemos o comentário crítico ao primeiro volume desta importante obra, em língua espanhola, cujo segundo tomo acaba de ser oferecido pelos editores à Biblioteca da Soc. Farm. Lusitana.

Consta este volume de 29 capítulos distribuídos por cerca de 1350 páginas, subscritos por diferentes Professores espanhóis e outros técnicos categorizados do país vizinho, e também por um farmacêutico português e nosso companheiro do corpo redactorial — o DR. L. SILVA CARVALHO, ex-assistente de Farmácia na Universidade de Coimbra.

Podemos dizer que este volume da Enciclopédia é um autêntico tratado de «Tecnologia Farmacêutica» acessível aos farmacêuticos que dominam mal as línguas não latinas e de grande utilidade para os alunos das nossas Universidades, como elemento de consulta para as cadeiras de Técnica, Galénica e Indústria Farmacêutica.

A excepção de três capítulos que são, praticamente, «índices de preparados galénicos ou de formas farmacêuticas de uso interno e local» — e cabe aqui dizer que não estamos perfeitamente de acordo com a nomenclatura adoptada e arrumação de certas preparações — os restantes capítulos referem-se aos seguintes assuntos principais:

- operações gerais
- preparações injectáveis
- preparações líquidas para uso oral
- preparações sólidas para uso interno

- preparações de uso tópico
- resinas permutadoras
- água purificada para uso farmacêutico
- conservadores e correctivos
- agentes tensioactivos, emulgentes e detergentes
- incompatibilidades farmacêuticas
- fios de sutura e material de penso
- sangue e substitutos; conservação de ossos
- aparelhos para correcção da refração ocular
- cosmética
- preparados para veterinária
- fitofarmácia
- isótopos radioactivos
- traumatologia de urgência

Como era natural — apesar da orientação traçada pelos ilustres professores que dirigem esta enciclopédia (A. DEL POZO e GÁSTON IRLARTE) — a extensão dada aos diferentes assuntos, o nível e profundidade com que foram tratados pelos diferentes autores, e a própria apresentação gráfica são um pouco irregulares, até porque muitas dessas matérias têm importância farmacêutica bastante diversa.

Queremos destacar, desde já, o primeiro capítulo — *operações gerais* — assinado pelo DR. VASQUEZ LOPEZ; ele ocupa cerca de 200 pgs. e trata da divisão, extracção, evaporação, destilação, secagem, separação de sólidos, emulsão e esterilização, encarando a técnica farmacêutica intimamente ligada aos fundamentos matemáticos e físicos das respectivas operações.

As *preparações injectáveis* ocupam cinco capítulos, dois dos quais abordando, em mais de 150 pgs., os aspectos gerais destes preparados com a profundidade, actualização e documentação bibliográfica que são habituais do seu autor (SILVA CARVALHO). Outro ca-

pítulo sobre este assunto (DR. F. DONADA) refere-se à tecnologia destes medicamentos em escala industrial e dois à esterilização e seu «contrôle» (PROF. GASTON DE IRIARTE e DR. PUYOL).

Os *agentes tensioactivos* (cerca de 130 pgs.) foram tratados também com muita actualização, pormenor e vasta bibliografia pelo DR. PLA DELFINA; outro capítulo muito completo (e que aparece pela primeira vez em livros farmacêuticos, segundo cremos) é o da *óptica oftálmica*, elaborado pelo PROF. RAURICH SAS.

O capítulo de *preparados para veterinária* (40 pgs.) inclui um índice alfabético dos fármacos mais usados, seu emprego, doses e preparações farmacêuticas.

O capítulo *Isótopos radioactivos em Farmácia* (cerca de 20 pgs.) com vasta bibliografia e de grande interesse actual deve-se ao DR. GÓMEZ CAAMANO.

Eis em resumo o que se nos oferece dizer como comentário crítico ao segundo volume da Enciclopédia Farmacêutica, livro que só poderemos conhecer profundamente após exame mais completo, mas que, desde já, recomendamos aos farmacêuticos que façam a língua portuguesa e que desejam manter actualizados os seus conhecimentos de «Tecnologia».

A. Marques Leal

ARZNEIKAPSELN (Möglichkeiten — Herstellung — Verwendung), por VON CZETSCH-LINDENWALD e W. FAHRIG, 1 vol. enc. 99 pgs., Editio Cantor, Aulendorf i. Württ., pr. 19,80 DM.

Trata-se duma excelente monografia, em alemão, de cerca de 100 pgs, com mais de 50 figuras e 105 referências bibliográficas, da autoria dum dos mais conhecidos Professores de Tecnologia Farmacêutica.

Recomendamo-la a todos os colegas que por motivos didácticos, ou pela sua actividade industrial, necessitam de estar em dia com os problemas relacionados com a preparação e «contrôle» desta velha forma farmacêutica (que data de 1853), que presentemente se usa cada vez mais.

Resumiremos seguidamente os principais capítulos deste livro que a editorial Cantor (Alemanha) acaba de ofe-

recer à Biblioteca da Soc. Farm. Lusitana:

Na introdução, os AA. começam por definir «cápsulas», classificando-as em 4 grupos — moles, duras, rectais e amiláceas (hóstias); referem depois as suas vantagens e possibilidades de utilização (medicamentos líquidos, pastosos e pós). Faz-se a seguir um resumo histórico desta forma farmacêutica e seu emprego actual, com referência aos preparados incluídos especialmente na Farm. dos U.S.A. (Ed. XVI), Farm. Brit. (1958) e N.F.XI. Citam-se e discutem-se as definições das diferentes Farmacopeias, assim como as formas e tamanhos dos diversos tipos de cápsulas.

Noutro capítulo referem-se as matérias primas para preparação das cápsulas (gelatina, plastificantes, corantes, aromatizantes, conservantes, amido); adiante dá-se conta dos diferentes tipos de incompatibilidades e dos fundamentos das técnicas de preparação.

No capítulo seguinte os AA. tratam detalhadamente da preparação de «cápsulas de gelatina, moles» com fotografias do equipamento industrial e respectivos esquemas (máquinas Upjohn, Schäfer, Accogel, Süka, Globex).

A preparação e enchimento de «cápsulas duras», constitui outro capítulo; nele se referem fotografias das máquinas de obtenção das «cápsulas vazias» (máquinas Lilly e Parke Davis) e dos dispositivos (manuais e mais ou menos automáticos) utilizados na indústria, para enchimento e fechamento deste tipo de cápsulas (máquinas Pedini, Höfliger, Multifill, Colton, Zanasí, Parke-Davis). Seguidamente descreve-se a preparação e enchimento das cápsulas amiláceas e por último a verificação dos produtos terminados (variação de peso, desagregação).

A. Marques Leal

SAGGI DI PUREZZA *dei prodotti puri per analisi ed uso scientifico*. A cura della Direzione Servizi Chimici di Controllo della Carlo Erba, 1 vol. enc. 518 pgs., Carlo Erba S.p.A. Milano.

Compreende este volume os ensaios destinados a pesquisar as impurezas de fabrico, ou outras, em mais de quatro centenas de produtos químicos de uso frequente no laboratório e na indústria, e, cujas especificações analíticas não se encontram, facilmente, em textos offi-

ciais. Utilizam-se muitas técnicas clássicas de análise química e o grau de pureza exprime-se geralmente em limites de valor absoluto. Os autores tiveram, contudo, a preocupação de proporcionar ao químico prático os métodos analíticos mais modernos, e, por isso mesmo, os métodos mais exactos e sensíveis. Além dos métodos químicos, universalmente adoptados, incluem-se, também, métodos colorimétricos, electroquímicos e polarográficos. Em apêndice figuram os ensaios normativos das determinações físicas e químicas habituais, as soluções reagentes de uso generalizado, diversas tabelas e um «dicionário interpretativo» dos vocábulos e expressões que aparecem no texto.

L. Sousa Dias

MISES AU POINT DE CHIMIE ANALYTIQUE PURE ET APPLIQUEE ET D'ANALYSE BROMATOLOGIQUE, publ. por J. A. GAUTIER, X<sup>e</sup> Série, 1 vol. br., 258 pgs, 68 fig. Masson et Cie. Éditeurs, 120 boul. Saint-Germain, Paris VI<sup>e</sup> pr. 55NF.

Esta obra, décima duma série, publicada sob a direcção de J. A. GAUTIER, professor da Faculdade de Farmácia de Paris, compreende seis artigos de diferentes autores, os quais são:

- 1) Aplicação das osmopilhas galvânicas à detecção e à dosagem dos produtos tóxicos voláteis, por A. BERTON.
- 2) O hidreto de lítio-alumínio, como reagente em análise orgânica, por E. A. DAHMEN.
- 3) A fermentação alcoólica, função do meio, por L. GENEVOIS.
- 4) Alguns aspectos da utilização da cromatografia em fase vapor em bioquímica, por J. BARAUD.
- 5) Humidade e extracto seco das matérias alimentares e dos medicamentos, por J. KIGER.
- 6) Constantes de ionização e estrutura dos compostos orgânicos, por P. RUMPF.

Os vários artigos são tratados por especialistas que, dum modo geral, apresentam, a par de uma exposição actualizada dos assuntos, a sua contribuição pessoal de investigação prática, para a resolução dos vários problemas que equacionam.

M. B. Ramos Lopes

BIOCHEMICAL PREPARATIONS, vol. 8 ed. por A. MEISTER, 1 vol. enc. 146 pgs., John Wiley & Sons, Gordon House, Greencoat Place, London, S. W.1. Pr. 50 s.

O autor apresenta, duma forma sucinta, o princípio em que se baseiam as técnicas adequadas para a obtenção de variados produtos bioquímicos, técnicas essas que descreve com minúcia. Indica igualmente os ensaios de pureza. Trata-se sobretudo de operações de síntese a partir de precursores próximos; em alguns casos (quando se trata de enzimas por exemplo) menciona-se a técnica da extracção a partir de órgãos, de produtos vegetais ou bactérias. São considerados perto de 40 produtos.

A exposição é particularmente clara, há uma boa ordenação dos assuntos e a apresentação gráfica é agradável.

F. Carvalho Guerra

POISONING BY DRUGS AND CHEMICALS, por PETER COOPER, 1 vol. enc. 264 pgs., Alchemist Publications, Londres, 1962, pr. 25 s.

Neste livro, reduzido no formato mas grande no conteúdo, encontram-se 440 monografias de drogas e produtos químicos, das quais constam, de modo resumido mas suficiente, os seguintes elementos: sinónimos e nomes registados de cada produto; acção terapêutica; vias de absorção e de excreção; efeitos tóxicos; primeiros socorros em caso de envenenamento; métodos de identificação dos princípios activos.

O livro inclui, ainda, instruções sobre respiração artificial, lavagem gástrica, antídotos universais, etc. o que o torna muito útil na biblioteca das farmácias, laboratórios, fábricas de produtos químicos, etc. O aspecto gráfico é bom e a procura dos produtos bastante simples, dado que se encontram incluídos por ordem alfabética.

M. Cristiano

METHODS OF FORENSIC SCIENCE, dir. por F. LUNDQUIST, vol I. enc. 659 pgs., John Wiley & Sons Ltd. Gordon House, Greencoat Place, London, S. W. 1. Pr. 150 s.

A presente obra encontra-se dividida em oito capítulos distintos. Três deles tratam, individualmente, de assuntos



químico-toxicológicos: alcalóides, barbitúricos e óxido de carbono.

A actualização e sistematização dos referidos capítulos sugere a vantagem da sua leitura não só aos técnicos forenses como aos químico-analistas em geral.

Manchas de natureza biológica são tratadas, separadamente, por autores distintos, em dois capítulos. O primeiro diz respeito apenas a manchas de sangue, tratando o segundo de outros tipos e, muito particularmente, da determinação da espécie animal responsável.

Um sexto capítulo, co-relacionado com os dois anteriores, trata serologicamente, de uma maneira teórica e prática, de casos de paternidade.

Os três últimos capítulos antes referidos, embora bastante especializados, são apresentados de modo a suscitar o interesse não só dos peritos forenses, como de todos aqueles que trabalham em análises clínicas e, em especial, aos que se dedicam à hematologia.

Os dois restantes capítulos são da responsabilidade dos directores dos laboratórios da «Scotland Yard» e «Identité Judiciaire de Paris».

O primeiro dos citados técnicos faz uma revisão geral do estudo de vestígios de natureza não biológica, baseado no princípio de troca enunciado por LOCARD: «Quando dois objectos contactam entre si há troca de material entre eles».

O último capítulo constitui a compilação mais perfeita de que temos conhecimento, acerca dos assuntos relacionados com peritagens de armas.

A condensação desta série de capítulos, especialmente de interesse forense, que constituem o primeiro volume da obra de «Methods of Forensic Science» é acima de tudo demonstrativa do interesse actual e crescente dos métodos físico-químicos ao serviço da investigação analítica.

A. Silva Santos

**INFLUÊNCIA DO ENSINO MÉDICO NA PROFISSÃO FARMACÊUTICA EM PORTUGAL** por M. MATOS J.<sup>or.</sup>, 1 vol. br. 129 pgs. edição do autor 1962.

Como dissertação para obtenção do grau de licenciatura, o DR. MANUEL GODINHO DE MATOS JÚNIOR, apresentou à Faculdade de Medicina da Universidade

de Lisboa, o trabalho em epígrafe, que divide em 4 capítulos:

- 1.º Breves noções sobre as profissões Médica e Farmacêutica durante a antiguidade clássica e oriental.
- 2.º Estudos Médicos no Condado Portucalense até à criação da Universidade.
- 3.º Ensino Farmacêutico em Portugal.
- 4.º Conclusões.

No 1.º capítulo o A. faz uma análise circunstanciada do que foram as profissões Médica e Farmacêutica naquelas épocas. Desde a escola filosófica de que HIPÓCRATES foi um dos seus mais brilhantes chefes até à escola empírica, cuja fundação se deve a FILLENO DE COS, passando ainda em revista as escolas peripatética de ARISTÓTELES e a metódica representada por TEMISON, PLÍNIO e GALENO, mereceu, por parte do A. um estudo profundo do que foi a Medicina e a Farmácia na Antiguidade.

No 2.º capítulo após descrever a Constituição da Monarquia portuguesa, ocupa-se do desenvolvimento da instrução naquela época. Põe em destaque a influência exercida nesse sentido, pelo Seminário de D. Paterno, donde saíram os iniciadores do primeiro estabelecimento onde se ensinou Medicina (Mosteiro de Santa Cruz). Historia em seguida a fundação da Universidade por el-rei D. Dinis, na qual foi criada oficialmente uma Cadeira de Medicina, passando a duas no reinado de D. Manuel I.

No 3.º capítulo o A. dá conta dos primeiros regulamentos da legislação farmacêutica e insere a carta de privilégios passada por D. Afonso V a favor de Mestre ANANIAS. Refere as providências tomadas por D. Sebastião a favor dos farmacêuticos, criando a Faculdade de Botica e cita a reforma da Universidade pelo Marquês de Pombal, a extinção da fisicatura e sua substituição pela Junta do Proto Medicato, suas vantagens para a profissão farmacêutica e retorno à fisicatura em 1808. Continuando a sua exposição acerca do ensino farmacêutico em Portugal, o A. refere a fundação da Sociedade Farmacêutica Lusitana, cujo objectivo principal era o de elevar o nível intelectual dos farmacêuticos.

Aborda também a criação das Escolas de Farmácia anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas, a elevação daquelas

a Curso Superior pela reforma de Hintze Ribeiro, da promoção do progresso farmacêutico pelo Dr. António José de Almeida, criando o curso de farmacêutico químico com a duração de 4 anos e, finalmente a autonomia das Escolas de Farmácia, que em 1915 foram definitivamente desanexadas das Faculdades de Medicina.

Trata-se de um valioso trabalho, posto com toda a clareza e objectividade, sempre acompanhado de vasta e proveitosa documentação, que recomendamos aos estudiosos de tais problemas.

Felicitemos, pois, o novo médico, pela sua bela, longa e trabalhosa contribuição científica, que acaba de prestar-nos.

A. Martins

JOURNÉE SCIENTIFIQUE DU 18 MARS 1962, 1 vol. br. 166 pgs., C. Anc. El. Inst. A. Gilkinet — Liège.

Mais um volume em que se reuniram conferências efectuadas no final de 1961 e nos primeiros quatro meses de 1962, no Instituto A. Gilkinet de Liège, dirigido pelo professor STAINIER.

Podem-se verificar o interesse desta pequena compilação, pelos títulos das conferências, que a seguir se dão com os nomes dos respectivos autores:

- a) A. LESPAGNOL — Revisão química de derivados indólicos de interesse farmacodinâmico ou terapêutico.
- b) C. HEUGHEM — Colesterol, lípidos e arterosclerose.
- c) N. BROUHON — Estudo bioquímico das perturbações sanguíneas ligadas à arterosclerose.
- d) J. DEMONCEAU — Os hipocolesterolemiantes.
- e) A. FOUASSIN — Dietética e colestrolémia.
- f) C. L. LAPIERE — Titulações em meio não aquoso.
- g) W. LHOEST — Novas descobertas no domínio das penicilinas.
- h) P. LAROUX — Carreiras oferecidas ao farmacêutico pela Indústria Farmacêutica.
- i) E. H. VOGELZANG — Métodos de doseamento das preparações de cianocobalamina.

O trabalho de HEUGHEM limita-se a descrever as relações existentes entre o desenvolvimento da arterosclerose, os lípidos e o colesterol, assim como o des-

tino metabólico destes corpos, mas já DEMONCEAU nos apresenta um estudo farmacológico e químico sobre os hipocolesterolemiantes.

De bastante interesse, ao mesmo tempo teórico e prático é a conferência sobre titulações em meio anidro: o A. dá-nos uma ideia dos princípios que estão na base deste método analítico e cita alguns exemplos demonstrativos do seu interesse e possibilidades (doseamento de aminoácidos, sulfamidas, bases xânticas e alguns alcalóides).

De interesse profissional é a conferência sobre as carreiras que se abrem ao farmacêutico na Indústria Farmacêutica, onde o A. apresenta todas as actividades possíveis que se nos abrem num laboratório farmacêutico.

No último trabalho apresentado, VOGELZANG dá-nos uma breve revisão das técnicas de doseamento da vitamina B<sub>12</sub>, considerando o doseamento microbiológico com o mais sensível mas em que considera também o interesse da aplicação da cianocobalamina radioactiva — nos Estados Unidos utiliza-se a vitamina B<sub>12</sub> marcada com Co<sup>60</sup> — O A. demora-se mais neste método de doseamento.

M. Oliveira

LEXIKON ALCHEMISTISCH-PHARMAZEUTISCHER SYMBOLE por W. SCHNEIDER, 1 vol. enc. 140 pgs., Verlag Chemie, GMBH., Weinheim/Bergstr. Pr. 14 DM.

Com esta publicação o seu autor, professor de História da Farmácia na Technischen Hochschule Braunschweig, oferece ao estudioso elementos valiosos que lhe permitem penetrar com maior exactidão na problemática da alquimia. E, aqueles que julgam a alquimia à luz da moderna química, como a história de um erro encontrarão na leitura deste volume um particular interesse. Ocupa a primeira parte desta obra a reedição de um pequeno volume muito curioso, aparecido em 1755, intitulado «Oraculum», com a explicação dos sinais e símbolos da alquimia mais frequentemente usados. Segue-se o «Lexikon» com o esclarecimento de vocábulos alquímicos e químico-farmacêuticos das preparações medicinais mais primitivas. A terceira parte e última desta curiosa obra é preenchida por um índice que facilita a busca rápida dos símbolos e suas interpreta-

ções, a par de um conjunto de sinónimos que permitem apreender a imagem multiforme da alquimia, particularmente a sua linguagem figurada.

L. Sousa Dias

VITAMINS MERCK, publ. por E. MERCK AG, DARMSTADT, 1 vol. enc. 204 pgs. 27 fig. 2 tab. ed. por Verlag Chemie, Weinheim/Bergstrasse. pr. DM 26.

Esta obra, com muito boa apresentação gráfica, inclui as principais informações relativas às vitaminas mais importantes nos aspectos químico, analítico, farmacológico e farmacêutico.

Numerosas fotografias a cores de cristais, instalações industriais, casos clínicos e experiências farmacológicas tornam a publicação muito sugestiva.

A. Pinto

## DIVERSAS PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DERMOPHARMACIE. JOURNÉE DE DERMOPHARMACIE ET DE COSMÉTOLOGIE PARIS 1962, 1 vol. br., 90 pgs., ed. por S. U. T. I. P., 175 Rue du Faubourg Poissonnière, Paris (9e).

THE CHEMIST AND DRUGGIST DIARY AND YEAR BOOK 1963, 1 vol. br., 398 pgs., Morgan Brothers (Publishers) Ltd., 28 Essex Street Strand, London W. C. 2.

DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DO RANÇO POR AUTO-OXIDAÇÃO PELO ÁCIDO 2-TIOBARBITÚRICO por L. TORRES e R. GRANGER, 1 vol. br., 13 pgs., Junta de Investigação do Ultramar—Centro de Biologia Piscatória. 1962.

CONTRIBUTION DES PORTUGAIS A LA CONNAISSANCE DES PLANTES MÉDICINALES DES PAYS D'OUTRE-MER. BILAN DES ACTIVITÉS ACTUELLES DES PHARMACIENS PORTUGAIS DANS CE DOMAINE por A. C. CORREIA DA SILVA, sep. dos «Anais Fac. Farm. do Porto», vol. XXI. 1961.

THE ANNUAL OF CZECHOSLOVAK MEDICAL LITERATURE 1960, 1 vol. br., 834 pgs., ed. por STÁTNÍ ZDÁVOTNICHÉ NAKLADATELSTVÍ, MALOSTRANSKÉ nám. 28, Prague 1—Czechoslovakia.

THE PHARMACY YEAR BOOK 1962, 1 vol. br., 84 pgs., pub. por School Pharm.—Amer. Univ. Beirute. Republic of Lebanon.

# Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

# SECÇÃO PROFISSIONAL

## I — FARMÁCIA DE OFICINA



### EDITORIAL

Neste momento preciso, em que por todo o País a Classe Farmacêutica vive uma situação de angustiada expectativa perante as decisões que irão tomar aquelas Entidades a quem foi cometido o encargo de apreciar os textos oficiais que regularão o presente e o futuro da vida do Farmacêutico e dos seus Auxiliares — A Lei da Propriedade da Farmácia e o Regulamento do Comércio dos Medicamentos Especializados — parece-nos oportuno transcrever a alocução que o Ministro da Saúde e da População de França fez perante os Farmacêuticos gauleses reunidos no Congresso Nacional dos Farmacêuticos de França (1962), em Lisieux, alocução que foi ouvida, também, pelos representantes de mais oito nações que, igualmente, se encontravam ali reunidos no I Congresso Internacional da CICOTEFAR (Centro Internacional de Cooperação Técnica-Farmacêutica), e no qual, como observador, representámos o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos.

O Congresso Nacional dos Farmacêuticos de França (1962), que constituiu um êxito da maior projecção para a Classe, teve como tema «Noção de Serviço e Colaboração com os Poderes Públicos». Dentro deste tema geral se pronunciaram as grandes figuras da Farmácia Francesa contemporânea e, na sessão de encerramento, o discurso do Presidente Chabrol (da Federação Nacional dos Sindicatos) e a conferência do Professor Quevauviller (da Faculdade de Farmácia de Paris) foram dos que mais sensibilizaram o Ministro da Saúde que, respondendo, afirmou:

*Deixai-me agradecer-vos o acolhimento cordeal e amável que reservastes ao Ministro da Saúde Pública e da População; quero também agradecer ao Presidente da Federação dos Sindicatos Farmacêuticos as palavras de boas-vindas pronunciadas a meu respeito; sensibilizaram-me bastante.*



*De muito boa-vontade aproveitei a oportunidade, que me foi oferecida desde a minha entrada em função, de poder pôr-me em contacto convosco, profissionais dos mais importantes que prestigiam o meu ministério.*

*Conheço os vossos problemas; sei quais são as vossas dificuldades; conheço, também, os vossos encargos; sei que vós tendes de pagar salários, impostos e outros problemas de tesouraria, e sinto-me infinitamente satisfeito que tenhais colocado o vosso Congresso sob o signo de Estudo e Colaboração com os Poderes Públicos.*

*O que posso dizer-vos é que entre vós e eu, entre os vossos representantes e eu próprio, instaurarei uma colaboração que quero eficaz, constante e permanente.*

*Vós sabeis que o Estado é assediado por interesses profissionais e que o seu papel tradicional é o de árbitro, mas de árbitro imparcial; de tempos a tempos os ataques contra a vossa profissão estão na ordem do dia. Estão longe, todavia, de serem sempre desinteressados. De uma parte estão aqueles que querem chamar a si o vosso monopólio; há os que querem chamar a si a limitação do número de Farmácias e, depois, de outro lado, estão aqueles que, de uma maneira menos franca ou mais hipócrita, tentam por caminhos menos directos, colectivizar a vossa profissão.*

*A uns como a outros, eu digo NÃO!*

*O vosso estatuto legal é o produto da vossa história, foi lentamente elaborado e é o fruto de uma longa experiência; permite de um lado a repartição geográfica das Farmácias e de outro lado permite que os medicamentos sejam distribuídos por pessoas que fizeram longos e difíceis estudos; os que os atacam são aqueles mesmos que querem ser os distribuidores-mentores dos produtos farmacêuticos.*

*Sobre o ideal mutualista, sobre o papel da mutualidade estamos todos de acordo; mas o que se não pode aceitar é que esse ideal e esse princípio sejam deturpados na sua aplicação; não se pode aceitar que seja ultrapassado pela mutualidade.*

*À nacionalização, à funcionalização e aos interesses privados, eu digo: NÃO!*

*No que diz respeito ao problema extremamente delicado e complexo dos preços, sei que ele vos preocupa. Sobre este assunto manterei uma fórmula que vos foi dada, há pouco, pelo Professor Quevauviller, de «O Farmacêutico, Engenheiro da Segurança Colectiva», e ele fez a excelente demonstração desta verdade.*

*Farei saber que os produtos que vós preparais não obedecem pura e simplesmente às leis económicas, que há o valor do Serviço Social que vós produzis e que devemos defender-vos das experiências que se passam noutros países.*

*Eis algumas opiniões que o Ministro da Saúde Pública quis formular, muito rapidamente, perante vós; resta-me, simples-*

mente, dizer-vos que desejo ao vosso magnífico Congresso um sucesso pleno, e que estou compenetrado disto:

No interesse da Saúde Pública a vossa profissão será salva-guardada!

Agora, que renasceu na Classe Farmacêutica Portuguesa um movimento de união e mútua compreensão; quando se verifica que nem tudo está perdido, e que o futuro da Classe somente dependerá de nós; agora, que nos unimos, compenetrados da nossa força e, o que é mais lisonjeiro, reconhecidos porque os Poderes Públicos compreendem o valor da nossa missão social — que tão bem foi sintetizada no Congresso de França sob o signo da «Noção de Serviço» — as palavras do Ministro da Saúde da pátria de Pasteur são igualmente bem compreendidas por nós, Farmacêuticos Portugueses, e sê-lo-ão, certamente, pelas Entidades responsáveis pela salvaguarda da Saúde Pública em Portugal!

J. R. L.



## II — FARMÁCIA INDUSTRIAL

EDITORIAL

Não oferece dúvidas que uma boa parte da Indústria Farmacêutica portuguesa está, presentemente, desenvolvendo um ingente esforço para, com acerto e eficácia, corresponder ao aumento das exigências técnicas e económicas instadas, neste momento, às diversas indústrias nacionais. O estreitamento e interdependência dos mercados exige que as diferentes indústrias do país acertem o passo pelos padrões da actividade industrial internacional.

A Indústria Farmacêutica, cada vez com mais desenhada projecção e relevo no âmbito da indústria nacional, está procurando responder pela melhor forma.

Sucede, porém, que esse esforço é, por vezes, estorvado, se não impedido, por irregularidades e anomalias que ainda não foram superadas.

Aproveitamos hoje referir a um destes aspectos e que se reveste da maior importância técnica.

A indústria farmacêutica encontra-se na estreita dependência de diversas indústrias subsidiárias. Deste modo, a sua normal actividade está à mercê da regularidade dessas indústrias estranhas. Por vezes, as dificuldades encontradas por essas indústrias para regular fornecimento — regular nas características a que devem obedecer os produtos fornecidos — levantam insuperáveis dificuldades à conforme elaboração e consequentemente desenvolvimento da indústria farmacêutica.

Para a indústria nacional farmacêutica poder sobreviver no meio da concorrência da indústria dos grandes espaços de competição e acordos económicos terá de guindar-se, rapidamente, a um nível de produtividade altamente elevado. (Em rigor este nível não é apenas quantitativo, mas também manifestamente qualitativo).

Ora este exigido contínuo aumento do ritmo da produção é conseguido pela exploração de equipamento adequado (e mesmo mediante um constante melhoramento desse equipamento). Este, por sua vez, em linhas de produção elevada, exige que as respectivas máquinas sejam alimentadas com materiais absolutamente perfeitos, com características precisas, padronizadas.

Doutra sorte, a eliminação de peças consideradas defeituosas e a sua substituição, quebrando o ritmo de automatismo, cria períodos de interrupção que, por muito rápidos que sejam, dada a sua relativa frequência, levam a perdas de produção que atingem elevadas percentagens, dado o enorme rendimento dessas máquinas.

Além do descabido de se usarem tais máquinas nessas condições, necessariamente tais circunstâncias acarretarão não só uma redução de produtividade como, conseqüentemente, um aumento de custo.

Elaborar em tais situações, é trabalhar, a priori, em condições de se ser batido implacavelmente pela concorrência internacional.

Uma das vultuosas actividades da indústria farmacêutica acondicionadora é a fraccionação de doses de pós antibióticos, para preparação extemporânea de soluções ou suspensões parenterais. A conformidade desta importante parcela da actividade farmacêutica encontra-se sob a directa influência da regularidade deste trio, estreitamente interdependente: boca do frasco (e natureza do vidro) — rolha ou disco de borracha — cápsula de alumínio. Um desajustamento entre as dimensões destas 3 peças intervenientes e dependentes doutras levanta seríssimos problemas à indústria farmacêutica, estando em jogo, além do necessário rendimento da produtividade, a própria conservação de tais preparações extemporâneas.

O problema não é insuperável, mas não pode arrastar-se por mais tempo, sem prejuízos incalculáveis para a indústria farmacêutica nacional que procura — e com razão — instalar maquinaria automática.

Duas ordens de medidas terão de ser, imediatamente, tomadas pelas Administrações das casas farmacêuticas portuguesas: a) excluir a cega pretensão de aquelas indústrias subsidiárias fornecerem produtos tão baratos que a qualidade tenha, necessariamente, de ser prejudicada; b) criar condições de consumos de volumes de materiais uniformes que permitam àquelas indústrias subsidiárias a aquisição de maquinaria que lhes faculte fornecer esses materiais padronizados.

À primeira exigência será fácil de chegar à luz de uma apreciação aritmética elementar, pela qual se demonstra serem os produtos mais caros, respondendo com satisfação, imensamente mais económicos... A segunda determinante poderá atingir-se por uma associação de aquisidores, facto que lhes criará as condições de permitir a regalia de formularem exigências para as características dos materiais fornecidos pelas indústrias subsidiárias, como consequência de elevados volumes de aquisições de um mesmo tipo de materiais.

Este parece o caminho mais viável, já que raríssimos são os laboratórios nacionais que, isoladamente, podem encomendar quantidades suficientemente volumosas que permitam impor condições rígidas aos fornecedores.

Aliás, trilhar esse caminho não representará mais do que seguir o exemplo estabelecido nalguns outros países.

Relembremos, a propósito, que ainda recentemente na Itália — país onde a indústria farmacêutica tem estado a progredir em passos de gigante — quatro dos «maiores» se reuniram para ditar aos seus fornecedores as condições e as características a que deveriam obedecer os recipientes de vidro destinados ao uso farmacêutico nas suas firmas (\*).

As casas que se associaram para o efeito na Itália foram as casas Ciba, Carlos Erba, Farmitalia e Lepetit.

Este tipo de medidas pressupõe o estabelecimento preciso das características dos materiais, a escolha das provas e técnicas que devem ser utilizadas nos seus exames, a indicação dos defeitos que são de excluir e a tolerância (percentagem) de elementos defeituosos. Todo este protocolo deve ser estabelecido por uma estreita e proveitosa colaboração entre consumidor e fornecedor, a fim das bases de fornecimento não só satisfazerem as reais necessidades e exigências do cliente como assentarem nas possibilidades técnicas de produção do fornecedor.

Para o efeito entrará em jogo a avaliação estatística não só para previamente se definir o grau das qualidades exigíveis dos materiais (a que, opostamente, se contrapõe um certo número de aceitação), como para apreciar pela forma mais representativamente viável a satisfação de qualidade dos lotes sucessivamente fornecidos.

Trabalhando segundo estas linhas, aquelas quatro citadas firmas transalpinas fixaram, unificadas, as exigências a satisfazer o fornecimento de todos os materiais de acondicionamento.

A indústria farmacêutica portuguesa, que se está esforçando por criar condições de sobrevivência na competição internacional, terá de, com urgência, mediante as medidas apontadas, facultar possibilidades às indústrias subsidiárias de lhe fornecerem materiais satisfazendo as restritas tolerâncias (de dimensões e de qualidade) exigidas pelas modernas linhas de produção automatizada.

L. S. C.

---

(\*) CAVAGNA, R., ORIOLI, P., MECARELLI, E., MATTEI, A. e RUSSO, U. Comento ai metodi di controllo fisico e chimico dei contenitori in vetro per uso farmaceutico — Giornata dell'imballaggio di vetro. 17.<sup>a</sup> Mostra Internazionale conserve ed imballaggi. Parma 20-30 Settembre 1962.



## III — FARMÁCIA HOSPITALAR

## EDITORIAL

Conforme foi noticiado no n.º 3 da Revista Portuguesa de Farmácia de 1962, realizou-se de 19 a 23 do passado mês de Setembro, em Milão, o Congresso da Sociedade Italiana de Farmácia Hospitalar (S. I. F. O.). Já nessa altura se deu conhecimento detalhado do programa que fora estabelecido.

É com imenso agrado que nós, farmacêuticos hospitalares, vemos efectivar congressos deste género, pois permitem uma útil troca de conhecimentos e de experiências entre a Farmácia Hospitalar dos diferentes países e um aumento de prestígio para o nosso sector profissional.

Mereceu-nos particular atenção o tema «Organização da Farmácia Hospitalar na Europa» e por isso lhe faremos uma referência mais pormenorizada. A Comissão Organizadora do Congresso convidou (e com despesas de deslocação pagas) um farmacêutico hospitalar de cada país e enviou um sumário, igual para todos, que cada um trataria dentro das normas estabelecidas. Estiveram presentes doze relatores europeus representando a Austria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Jugoslávia, Holanda, Espanha, Suíça e Portugal. Não foram enviados convites aos restantes países da Europa e foi excepcionalmente convidado um relator dos Estados Unidos da América.

É para nós motivo de regozijo termos sido chamados a depor, em plano internacional, o muito que já temos para dizer sobre Organização da Farmácia Hospitalar Portuguesa. Por indicação da Sociedade Farmacêutica Lusitana fomos representados pelo Doutor Aluísio Marques Leal, director dos Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santa Maria. Quanto à escolha feita, apenas acrescentaremos que vimos partir para Itália, como nosso delegado, o farmacêutico que, nesta geração, mais se tem dedicado e dos que mais tem prestígio, entre nós, este sector profissional.

Pareceu-nos de grande interesse a transcrição do sumário enviado a cada relator:

- condições históricas que determinaram a instituição da Farmácia Hospitalar;
- leis oficiais que regulem o Serviço Farmacêutico Hospitalar;
- competência e funções do Serviço Farmacêutico Hospitalar;
- leis oficiais que regulam o Serviço Farmacêutico Hospitalar;
- custo médio diário de medicamentos por doente;
- pessoal: admissão, carreira e vencimentos;
- deficiências legislativas na organização farmacêutica hospitalar;

- proposta de novas leis;
- actividade do Farmacêutico Hospitalar dentro do Hospital;
- papel do Farmacêutico Hospitalar na organização farmacêutica nacional e internacional;
- o Farmacêutico Hospitalar no ensino universitário.

Competia ao coordenador, o farmacêutico italiano Dr. A. Cuccia (do Hospital de Pádua), tirar as conclusões em função do trabalho apresentado pelos relatores. Porém, esse comentário comparativo ficou deficiente, pois nem todos os relatores cumpriram absolutamente o sumário que lhes havia sido entregue. Altamente elogioso é o facto de o coordenador italiano ter salientado serem os farmacêuticos hospitalares portugueses os únicos que propuseram ao Governo as suas normas legislativas. Vários delegados, inclusive o jogoslavo, pediram ao nosso relator um exemplar da legislação portuguesa e elementos sobre o formulário Nacional. A Direcção-Geral dos Hospitais havia posto à disposição do Doutor Marques Leal a tradução inglesa do Decreto-lei 44 204 que é o diploma que rege a Farmácia Hospitalar Portuguesa.

Apenas a titulo de referência não deixaremos de dizer que o outro tema do Congresso foi «A Preparação de Produtos Farmacêuticos e Biológicos pelo método Asséptico», servindo de coordenador o Dr. Graduick (ex-farmacêutico italiano). Das conferências relativas a este assunto — todas de muito interesse e actualização — merece talvez destaque especial as que se referem à liofilização de ossos e pele heteróloga e resultados da sua aplicação clínica, feitas por uma equipa de investigadores dos Hospitais de Lyon.

Ao verificarmos a posição honrosa que a Farmácia Hospitalar Portuguesa ocupa na Europa, não resistimos à tentação de aqui deixar um íntimo receio: de que a nossa legislação fique apenas no papel e não venha a cumprir-se por falta de meios da Direcção-Geral dos Hospitais.

Esperamos que o regulamento do internato e dos concursos (agora em vias de publicação) e a próxima revisão dos vencimentos dos farmacêuticos hospitalares (solicitada ao Governo numa exposição recentemente apresentada) façam com que o Decreto-lei 44 204 seja, dentro em breve, uma realidade e a Farmácia Hospitalar Portuguesa se alargue até à periferia, onde praticamente não existe.

M. M. L. C.

## NOTICIÁRIO

Foi provida definitivamente no lugar de chefe de serviços dos Serviços Farmacêuticos do Hospital Escolar de S. João, do Porto, a colega Dr.<sup>a</sup> D. Maria Helena Dias Nogueira.

## IV — PERGUNTAS E RESPOSTAS

**248) Pergunta** — Na Adenda da Farmacopeia Portuguesa inscreve-se uma fórmula de comprimidos de ácido ascórbico em que a granulação é feita a partir de uma solução de acetofitalato de celulose. Como se não indica a percentagem e o veículo a usar na referida solução, muito agradecia o favor de me fornecerem tais dados. — J. P. L.

**Resposta** — A Comissão da Farmacopeia resolveu incluir na secção D (reagentes) alguns fármacos e fórmulas que, embora não utilizados como «reagentes», não tinham importância suficiente para serem incluídos na secção C e são usados como adjuvantes e não como medicamentos activos.

Deste modo a «solução de acetofitalato de celulose» vem referida na secção D, pág. VIII, onde o colega pode tomar conhecimento do veículo e concentração. Esta solução pode efectuar-se a frio (agitando durante algumas horas) ou por aquecimento a refluxo a banho-maria, usando as necessárias precauções. — A. M. L.

**249) Pergunta** — A afixação de um cartaz com a indicação errada da farmácia de serviço, dá lugar à aplicação de multa?

No caso afirmativo, qual o quantitativo da mesma e que entidade oficial tem competência para a aplicar? — A. B. M. S.

**Resposta** — Poderá dar lugar à aplicação de multa se a Direcção-Geral de Saúde assim o entender necessário. O mapa de Constituição dos Turnos das Farmácias de Serviço na Cidade de Lisboa, bem como as suas advertências que tornam obrigatória a afixação de cartazes com as 3 farmácias de serviço mais próximas, são aprovadas pela Direcção-Geral de Saúde e constituem portanto sua determinação. A falta da afixação destes cartazes, a sua não substituição oportuna e os erros que possam conter, são puníveis ao abrigo do artigo 24.º do Decreto n.º 17 636 e seu parágrafo único. As queixas devem ser apresentadas naquela Direcção-Geral de Saúde e a multa, se for aplicada, será de 300\$00. — M. T.

**250) Pergunta** — As especialidades farmacêuticas — *Nembutal* e *Palerol* — são consideradas «estupefacientes»? — A. B. M. S.

**Resposta** — Os medicamentos indicados não são considerados estupefacientes, porém a sua cedência ao público só deve fazer-se perante a apresentação de receita médica, conforme determina o parágrafo 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 17 636. — M. T.

**251) Pergunta** — Solicito que, através da *Rev. Port. Farm.*, seja elucidado sobre processos e respectivas técnicas de desinfecção de piscinas; literatura sobre este assunto; existência de métodos oficiais ou oficializados referentes a tal desinfecção. — G. S. V.

**Resposta** — 1. As correcções de ordem química, física, físico-química e bacteriológica, das águas destinadas ao abastecimento de uma piscina são muito semelhantes às utilizadas nas águas de abastecimento público, isto é, tanto uma como outra, devem obedecer às características de uma água potável.

Numa piscina há que atender à presença mais pronunciada de cloro residual — normalmente, mínimo 0,1, máximo 0,5 p.p.m. —, devendo igualmente a água ser límpida, inodora (com excepção do cloro) e incolor (com excepção para o sulfato de cobre).

2. De um modo geral existem dois sistemas de renovação de água de uma piscina: «circuito aberto» ou «circuito fechado». No 1.º caso temos «circulação livre», em que sai água usada e entra nova água; no 2.º caso, a mesma água em recirculação preenche sempre o mesmo volume.

Utiliza-se um e outro, consoante as dificuldades de caudal e outros factores de ordem técnica e económica.

No 2.º caso é indispensável a filtração — simples ou não — e um sistema de bombagem que assegure a renovação (recirculação) total da água no período da sua utilização, renovação esta também de exigir para o primeiro caso.

3. A desinfecção faz-se pelo cloro, que tem uma marcada acção bactericida; como complemento utiliza-se o sulfato de cobre, que tem um pronunciado efeito algicida.

A técnica de desinfecção é idêntica à das águas de abastecimento.

4. No que respeita à existência de métodos oficiais ou «oficializados» se bem que ainda não publicados — o que se espera para breve — não impede que a Junta Sanitária de Águas, tenha normas para uso interno. Todavia os métodos analíticos, químicos ou bacteriológicos, são os mesmos que se utilizam para as águas potáveis.

5. A literatura sobre o assunto é extensa, existindo em língua portuguesa, um interessante e elucidativo artigo do Dr. Carlos Coutinho, publicado na «Revista Militar», especialmente sobre águas de piscinas, e ainda alguns sobre análise de águas potáveis, métodos de purificação, incluindo cloragem, etc. publicados pelo Dr. Bernardino V. de Pinho, Dr. Carlos Coutinho, Dr. Eduardo Paquete e outros.

6. Na parte respeitante a legislação, o Decreto n.º 33 583, D.-G. 61, de 24-3-44, refere-se à construção de piscinas e ao condicionamento da aprovação dos respectivos projectos pelas Entidades oficiais competentes. — E. P.

252) *Pergunta* — Pretendendo que, o único ajudante que tenho na minha farmácia, faça o serviço nocturno da mesma, apenas da meia-noite às 9 horas da manhã, desejo saber se, nestas condições, é devida qualquer taxa ao Instituto Nacional de Trabalho e Previdência. — A. S.

*Resposta* — Parece-nos que quererá dizer «Fundo Nacional de Abono de Família» e não Instituto Nacional de Trabalho e Previdência. Para esse Fundo só é devido o pagamento de 50% dos aumentos das horas extraordinárias. Dentro do período compreendido entre as 6 e as 9 horas, o empregado não tem direito a horas extraordinárias mas, em compensação, auferir o valor das chamadas que forem feitas (5\$00 por cada). — M. T.

253) *Pergunta* — Agradecia que me esclarecessem sobre os seguintes assuntos:

1.º O coprador de receitas, a meu ver confidencial, pode ser exibido a outra pessoa que não seja um representante da Direcção-Geral de Saúde?

2.º E, no caso concreto duma inspecção das Finanças, pode o mesmo ser facultado para efeito de fiscalização dos recibos ou somos mesmo obrigados a fazê-lo?

3.º Como devo facturar as seguintes receitas:

- a) Clorato de potássio — 30 gramas
- b) Clorato de potássio — 30 gramas. N'um papel
- c) Clorato de potássio — 30 gramas. N'um papel N.º 2.

*Resposta* — 1.º Não é obrigatório facultar o coprador de receitas, senão aos inspectores do Exercício Farmacêutico — em visita de fiscalização — ou a pessoa devidamente credenciada para o efeito pela Direcção-Geral de Saúde.

2.º Nesta conformidade não tem que ser facultado o referido coprador às inspecções das Finanças, mesmo para efeito de fiscalização do imposto do selo (dos recibos) porque, embora possam estar inscritos os preços dos medicamentos ou fórmulas naquele coprador (o que não é obrigatório, nos termos do artigo 12.º do Decreto n.º 13 470 e do artigo 12.º do Decreto n.º 17 636), isso não prova que as receitas registadas e preçadas estejam liquidadas.

- 3.º a) Clorato de potássio, 30 gramas — 1\$50
- b) Clorato de potássio, 30 gramas — n'um papel — 1\$50
- c) Clorato de potássio, 30 gramas — n'um papel n.º 2 — 4\$50.



N. B. — A título de esclarecimento e ainda em referência ao *selo do recibo*, informa-se que, nos termos do Decreto n.º 44 083 (que alterou o Regulamento do Imposto de Selo), desde 1 de Janeiro do ano de 1962, é obrigatório passar recibo das importâncias recebidas, por receituário aviado, devendo selar-se convenientemente os de quantia igual ou superior a 200\$00. Nos respectivos talões desses recibos, se for devido selo, ficarão coladas as metades dos selos. Esses talões é que as inspeções das Finanças poderão fiscalizar. — M. T.

254) Pergunta — Muito agradeceria informações sobre as seguintes matérias:

- Bibliografia sobre a essência do eucalipto.
- Bibliografia sobre a destilação industrial de essências.
- Técnicas de separação e purificação do cineol na essência de eucalipto.
- Subprodutos da destilação das folhas de eucalipto com interesse económico.

Sobre estes assuntos já consultei as seguintes publicações:

- National Formulary X.
- Farmacopeia Portuguesa actual e de 1890.
- Medicamenta.
- Lições de Farmacognózia, do Boletim Not. Farm.
- Tratado de Botânica — STRASSBÜRGER.

Interessar-me-ia portanto uma bibliografia mais especializada que a que indico, designadamente no campo das técnicas industriais de destilação e purificação. — F. B.

Resposta — E. GILDEMEISTER, FR. HOFFMANN: «Die Ätherischen Ölen», Berlim, 1960 (vários volumes).

ERNEST GUENTHER: «The Essential Oils», New York, 1949-1952 (vários volumes).

ERNEST J. PARRY: «The Chemistry of essential oils and artificial perfumes», London, 1921 (2 volumes).

Volume I — Monographs on essential oil.

Volume II — 1) The essential oil and its odour.

2) Constituents of essential oils, synthetic perfumes and isolated aromatics.

3) The analyses of essential oils.

M. P. E. BOURDEAU: «Dosage du cineol dans les essences», Paris, 1937.

J. M. RATO: «Dosagem do cineol pelo arto-cresol no óleo essencial de eucalipto», Not. Farm., 19, 102, 1953.

J. CARDOSO DO VALE: «O cineol nas essências», Not. Farm., 13, 286, 1947.

A. FERNANDES COSTA e J. CARDOSO DO VALE: «Dosagem do cineol nas essências», Not. Farm., 18, 41, 1952.

R. T. BAKER e H. G. SMITH: «A research on the Eucalyptus», Sydney, 1920.

DAGONNOT: «Les eucalyptus du littoral méditerranéum», Marseille, 1933.

A. H. DA COSTA CABRAL: «Óleos essenciais de eucalipto», Anais Inst. Sup. Agron., 6, 1934.

P. A. LAURENT: «Raffinage de l'essence d'eucalyptus», Técnica, 32, 163, 1958.  
«Norma Portuguesa» n.º 171 — J. C. V.

## V — DISPOSIÇÕES OFICIAIS

### REGIMENTO DOS PREÇOS DOS MEDICAMENTOS

Declaração, pela Presidência do Conselho, de ter sido rectificada a tabela dos preços dos medicamentos anexa à Portaria n.º 19 240, que aprova o Regimento Geral dos Preços dos Medicamentos e Manipulações.

(«Diário do Governo», I Série, de 26-10-1962)

### REGIME DE REMUNERAÇÕES AOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS EM SERVIÇO NAS FORÇAS ARMADAS

Decreto-Lei n.º 44 723

Art. 4.º Os farmacêuticos (licenciados em Farmácia) e veterinários civis ao serviço das unidades ou estabelecimentos das forças armadas como contratados nos termos das disposições reguladoras de tal situação terão direito, a partir de 1 de Janeiro de 1963, à remuneração mensal de 2200\$00, qualquer que seja o número de unidades ou estabelecimentos da mesma localidade onde tiverem de prestar serviço e independentemente dos efectivos que lhes correspondam.

§ único. Na ausência do veterinário militar ou civil contratado poderá recorrer-se a um veterinário civil da localidade, competindo-lhe por cada chamada a remuneração que for fixada em despacho ministerial, tendo em atenção os honorários estabelecidos na localidade respectiva.

Art. 5.º As dúvidas e casos omissos que se apresentem na execução do presente diploma, bem como as modificações nas remunerações referidas nos seus artigos 1.º e 4.º, serão resolvidas pelo Ministro da Defesa Nacional, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 6.º (transitório). São mantidos, até rescisão dos respectivos contratos, os abonos desta natureza que estão sendo efectuados, desde que os seus quantitativos sejam superiores aos fixados no presente decreto-lei.

(«Diário do Governo», I Série, de 24-11-1962)

## Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

### REMUNERAÇÕES DOS INTERNOS FARMACÊUTICOS DOS HOSPITAIS

#### Despacho

Nos termos da observação (a) do quadro-tipo anexo ao Decreto-Lei n.º 44 204, de 22 de Fevereiro de 1962, conjugada com o disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 43 580, de 3 de Abril de 1961, determina-se que, a partir de 1 de Outubro de 1962, as remunerações dos internos farmacêuticos dos hospitais centrais não especializados serão acrescidas da remuneração complementar de 1000\$00 mensais, enquanto não for efectuada a reorganização do financiamento hospitalar e a aprovação dos quadros-tipo do pessoal dos hospitais gerais.

Ministério das Finanças e da Saúde e Assistência, 17 de Outubro de 1962. — Pelo Ministro das Finanças, *José Júlio Pizarro Beleza*, Subsecretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Saúde e Assistência, *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

(«Diário do Governo», I Série, de 26-11-1962)

## ESQUEMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PELOS SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS

Portaria n.º 19 555

Pela Portaria n.º 17 964, de 23 de Setembro de 1960, publicada no *Diário do Governo* n.º 222, 1.ª série, da mesma data, foi ampliado o esquema de assistência farmacêutica prestada aos beneficiários das caixas sindicais de previdência e de reforma ou de previdência e atribuído o direito à mesma assistência aos seus familiares.

Para alcançar tal objectivo foi estabelecido que a Federação de Caixas de Previdência — Serviços Médicos-Sociais, cujo esquema de assistência medicamentosa é extensivo às caixas de previdência não federadas, concederia os medicamentos manipulados e especialidades farmacêuticas de produção nacional e estrangeira — estas quando não tivessem equivalente na indústria nacional —, mediante certa comparticipação, aos beneficiários da previdência e seus familiares.

Ora, a restrição imposta pela mencionada portaria ao fornecimento de medicamentos estrangeiros tem suscitado dúvidas no seu campo de aplicação por parecer que a sua letra está em oposição ao tratamento reservado aos produtos provenientes dos países relativamente aos quais Portugal se comprometeu por virtude de convenções ou acordos internacionais em que participa.

Convém, deste modo, esclarecer que a referida portaria não pode ser interpretada, como de resto é evidente, contrariamente aos compromissos de carácter económico assumidos pelo nosso país, designadamente na Convenção que instituiu a Associação Europeia de Comércio Livre e no Acordo geral sobre pautas aduaneiras e comércio.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, o seguinte:

a) Os n.ºs 1), 3), e 4) da Portaria n.º 17 964, de 23 de Setembro de 1960, passam a ter a seguinte redacção:

1) A Federação de Caixas de Previdência — Serviços Médico-Sociais concederá aos beneficiários das caixas federadas e seus familiares com direito a assistência médica medicamentos manipulados e especialidades farmacêuticas.

3) A comparticipação no fornecimento de medicamentos será concedida quando se trate de produtos nacionais ou originários de países que por acordos ou convenções em que Portugal seja parte contratante tenham direito ao tratamento nacional e possam ser adquiridos nas mesmas condições em que o são os produtos de origem nacional.

O que acima se dispõe será igualmente aplicável aos medicamentos originários de países não participantes em tais acordos ou convenções, desde que por proposta da Federação, com parecer do conselho médico, figurem em lista aprovada por despacho ministerial.

4) Sob parecer deste conselho, poderá, sempre que as circunstâncias o exijam, a direcção da Federação tornar dependente de autorização dos médicos-chefes o fornecimento de determinados medicamentos nacionais ou estrangeiros que deverão constar de relação a aprovar por despacho ministerial.

b) É autorizada a Federação de Caixas de Previdência — Serviços Médico-Sociais a negociar um acordo com o Grémio Nacional das Farmácias e os grémios dos armazenistas de drogas e produtos químicos e farmacêuticos para os efeitos da presente portaria.

Ministério das Corporações e Previdência Social, 10 de Dezembro de 1962.  
— O Ministro das Corporações e Previdência Social, José João Gonçalves de Proença.

## VI — NOTICIÁRIO GERAL

## CONFERÊNCIAS E LIÇÕES NA SEDE DO SINDICATO

Durante o ano de 1962, realizaram-se na sede do Sindicato, integradas no IV ciclo, as seguintes conferências e lições:

No dia 8 de Janeiro a conferência «Algas Portuguesas Industrializáveis», proferida pelo Sr. Dr. Júlio da Fonseca Lourenço.

No dia 6 de Fevereiro a lição «Aplicações de Técnica de Radioisótopos na Investigação e na Prática Farmacéutica», proferida pela Sr.<sup>a</sup> D. Jovita Larcher Ovidio Baptista.

No dia 22 de Fevereiro a conferência «Alguns Factores Responsáveis pela Agressividade das Águas» proferida pelo Sr. Dr. Carlos Cândido Coutinho.

No dia 20 de Março a conferência «Interesse e possibilidades da Farmácia como pequena Unidade Industrial» proferida pelo Sr. Dr. José Augusto Bragança da Silva Tavares.

No dia 29 de Março a lição «Investigação Laboratorial do Mycobacterium Tuberculosis», proferida pelo Sr. Dr. Henrique dos Santos Silva.

No dia 12 de Abril a lição «Previsão da Estabilidade de Medicamentos e Reccontrolo da Produção», proferida pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Maria Luisa Santos.



**DOUTORA MARIA ROSA DE CID ORNELAS**

Foi, recentemente, conferido o título de Doutor em Ciências (3.<sup>o</sup> Ciclo) pela Sorbonne à licenciada em Farmácia, D. Maria Rosa Ribeiro de Cid Ornelas, que é vogal substituto do Conselho Fiscal do nosso Sindicato, membro do Corpo Redactorial desta Revista e Chefe dos Serviços Farmacéuticos do Instituto Português de Oncologia.

Esta nossa Colega foi estagiária no «Centre de Recherches sur la Cellule Normale et Cancéreuse», frequentou ao mesmo tempo os Estudos Superiores de Fisiologia da Nutrição relacionados com os problemas da Farmacologia e da Doença Cancerosa.

Tendo prestado provas no passado mês de Julho, apresentou agora a sua candidatura ao título de Doutor em Ciências (3.<sup>o</sup> Ciclo) que lhe foi atribuído com alto louvor.

Como farmacéutica hospitalar tem trabalhado activamente no sentido de elevar o nível intelectual e profissional da sua carreira. A ela se deve a entrega de uma exposição ao actual Ministro da Saúde e Assistência em seguida ao Congresso das Misericórdias realizado em Lisboa e donde resultou a elaboração dum diploma a que a Comissão Inter-Hospitalar de Lisboa deu o nome de Estatuto da Farmácia Hospitalar.

Tendo frequentado em 1957, no Hospital de Westminster, em Londres, os cursos de Farmacologia ministrados a médicos e enfermeiras pelo director farmacéutico dirige actualmente os cursos de Farmacologia e Bioquímica na Escola Técnica de Enfermeiras anexa ao Instituto de Oncologia.

É de notar ser a primeira vez que na Sorbonne é concedido o título de Doutor em Ciências (3.<sup>o</sup> Ciclo) a uma portuguesa, cabendo essa honra a um elemento da Classe Farmacéutica.

O Corpo Redactorial apresenta à distinta Colega os seus melhores cumprimentos de felicitação.

## IV CURSO PRÁTICO DE ANÁLISES DE APLICAÇÃO À CLÍNICA EM COIMBRA

Realizou-se de 22 a 27 de Outubro de 1962 o IV Curso Prático de Análises de Aplicação à Clínica no Centro de Estudos Bio-Galénicos da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra.

A sessão inaugural teve lugar no dia 22 sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Reitor, Prof. Dr. GUILHERME BRAGA DA CRUZ, ladeado pelos representantes de Sua Eminência o Arcebispo Bispo-Conde e de Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. General Comandante da II Região Militar, pelo Prof. Dr. G. DE BARROS E CUNHA, Director da Escola de Farmácia, e Prof. Dr. J. RAMOS BANDEIRA, Director do Centro de Estudos Bio-Galénicos.

Primeiramente usou da palavra o Prof. RAMOS BANDEIRA que saudou e agradeceu a presença do magnífico Reitor. Em seguida referiu-se ao labor da Escola, que através das suas publicações tem merecido as mais encomiásticas referências no estrangeiro.

Estabeleceu o confronto da organização dos Cursos Práticos de Farmácia em Portugal com os similares de França, do qual se verifica que aqueles não desmerecem destes.

Manifestou o seu júbilo por muitos farmacêuticos desempenharem, com brilho, as funções de bioquímicos, bacteriologistas-analistas em diversos estabelecimentos oficiais: Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge, Instituto Nacional de Sangue, Polícia Científica, etc.

Lamentou que, por vezes, se dessem certas facilidades a não-farmacêuticos, sobre problemas de Farmácia, criando o desânimo aos que cumprem fielmente as leis. Desta forma se afastam alunos da Farmácia e neste sector a Nação caminha para o imprevisível.

Se se legalizarem as propriedades de farmácia, fictícias, dos que durante anos ludibriaram as leis, teremos mais um atraso da Farmácia Portuguesa. É de lamentar que não se possa imitar a Farmácia Dinamarquesa, em que só o farmacêutico é o proprietário, de facto, das farmácias, e em que os ajudantes são, na sua maioria, também farmacêuticos, ou quando muito indivíduos com o equivalente ao nosso 7.º ano dos Liceus. Estes, em regra, tiveram estágio indispensável para o acesso à Universidade mas não venceram o «*numerus clausus*».

Referiu-se à Lei Orgânica de Farmácia que tem 30 anos, e recordou que em 1957 alguns professores de Coimbra elaboraram uma Reforma de Ensino Farmacêutico no género da que se pensa actualmente para as Faculdades de Ciências da Metrópole e Ultramar: Curso básico de 4 anos e especializações, e estas certamente não se repetirão nas diferentes Universidades.

O Prof. J. RAMOS BANDEIRA agradeceu os subsídios que a *Fundação Calouste Gulbenkian* tem dado aos Cursos e ao Centro, contributo material importante e ao mesmo tempo estímulo para o prosseguimento de uma obra reputada por todos como meritória. Igualmente testemunhou a sua gratidão aos colaboradores que sempre graciosamente têm dado o seu concurso.

Fez votos pelo restabelecimento da Faculdade, acto de justiça para uma Instituição que procura dignificar o ensino e a profissão, que possui material científico e Quadros de Pessoal Docente parte dele com valiosos estágios no estrangeiro, — e que exige um dispêndio mínimo, de escassas centenas de contos. Mas tal acto de justiça atingia por outro lado a Cidade e a sua Universidade no momento em que aumenta o número das Faculdades e de Estabelecimentos de Ensino de nível idêntico em outras cidades do País, sem ao menos Coimbra sentir a compensação de ver a sua Escola de Farmácia de novo elevada à antiga categoria de Faculdade.

O Dr. A. PINHO DE BRÓJO proferiu, em seguida, a anunciada conferência subordinada ao tema «*Glucidograma do soro humano*», em que, após uma breve referências às características físico-químicas das glucoproteínas e aos processos clássicos utilizados na sua identificação e dosagem, tratou da aplicação da electroforese em papel no fraccionamento do complexo glucoprotídico do soro humano. Referindo-se, pormenorizadamente, às técnicas de coloração e respectivo valor quantitativo, concluiu a sua exposição com um breve estudo fisiopatológico das modificações mais frequentes do glucidograma.

Finalmente o Ex.<sup>mo</sup> Reitor, usou da palavra, para proceder ao encerramento da Sessão Inaugural. Congratulou-se com o êxito dos Cursos Práticos, como aliás já teve ocasião de referir na sua alocução, durante a abertura solene da Univer-



sidade. Sempre tem acompanhado as manifestações de actividade da Escola de Farmácia e não se exime a exteriorizar a sua admiração pelo trabalho produzido.

As 16 horas iniciaram-se os trabalhos práticos dirigidos pelo Dr. A. PINHO DE BRÓJO: glucidograma no soro sanguíneo.

Prosseguiram, no dia 23, os trabalhos anunciados, sob a direcção da Dr.<sup>a</sup> D. MARIA SERPA DOS SANTOS e Dr. ANTÓNIO PINHO DE BRÓJO, sobre fotometria de chama e glucidograma no soro sanguíneo.

Os trabalhos da Dr.<sup>a</sup> D. MARIA SERPA DOS SANTOS foram procedidos de uma Lição sobre os fundamentos e interesse de fotometria de chama em bioquímica.

Começou a prolectora por evidenciar o enorme interesse de um conhecimento tão perfeito quanto possível dos líquidos do organismo, sua composição qualitativa e quantitativa e sua fisiologia normal e patológica; destacou o papel da fotometria de chama para o esclarecimento de tais problemas.

Indicou então os fundamentos da fotometria de chama, com referência às características da espectrografia clássica, de que aquela é uma modalidade simplificada. Descreveu o funcionamento de um fotómetro de chama, vantagens e inconvenientes dos diversos combustíveis utilizados, métodos de determinação quantitativa e os fenómenos de interferência provocados por certos aniões.

Citou, por último, alguns dados relativos à determinação do potássio, sódio e cálcio, com especial referência para as causas de erro que afectam esta última e processos de as atenuar.

Os alunos inscritos efectuaram diversas determinações de potássio e sódio em líquidos biológicos, registando a simplicidade de execução de tal método analítico, de um rigor absoluto, postergando, assim, os clássicos métodos volumétricos.

Igualmente foram executados os ensaios complementares de coloração, fixação e observação das manchas electroforéticas dos glucidogramas em curso, iniciados no dia anterior.

No dia 24, a Dr.<sup>a</sup> D. CLARISSE RAMOS BANDEIRA proferiu uma Lição intitulada «O Laboratório na eritroblastose» em que formulou algumas considerações sobre as determinações analíticas que usualmente se efectuam durante a gestação de mães sensibilizadas, bem como depois na criança recém-nascida. Salientou que estas determinações, bem como as indispensáveis para uma transfusão com um mínimo de acidentes, constituem um problema bastante complexo, hoje a caminho de solução no nosso País. Presentemente este estudo pode dizer-se, já, perfeito no Instituto Nacional de Sangue de Lisboa, e nesse serviço trabalha uma farmacêutica bioquímica com um conhecimento ímpar de tão complexa matéria de imuno-hematologia.

Seguiram-se os trabalhos sobre o mesmo assunto.

A Dr.<sup>a</sup> D. ADRIANA DE FIGUEIREDO, bacteriologista-analista do Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge, proferiu a sua Lição sobre Hemoculturas, expondo os pontos fundamentais a observar para reduzir ao mínimo qualquer causa de insucesso neste método do maior interesse para diagnóstico de septicemias. Aludiu aos meios de cultura que hoje se preferem para tal fim. Dada a impossibilidade de abordar os métodos de identificação bacteriológica a todas as bactérias que aparecem no sangue confinou as suas considerações a determinado grupo.

Seguiram-se, depois, os respectivos trabalhos práticos.

Pelas 9.30 horas do dia 25, continuaram os trabalhos práticos sobre hemoculturas sob a direcção da distinta bacteriologista Dr.<sup>a</sup> D. ADRIANA DE FIGUEIREDO.

Pelas 10.30 horas proferiu a sua lição sob o título «Ficha Reticulo-Endotelial de Sandon» o Prof. Dr. J. RAMOS BANDEIRA tendo focado os aspectos fundamentais do referido tema quer no que respeita à técnica de execução quer no respeitante ao interesse clínico-patológico.

Seguiu-se uma sessão de trabalhos práticos, em que foi executada a técnica da «Ficha Reticulo-Endotelial» sob a orientação do referido Professor e de colaboração com o Dr. MANUEL EDUARDO BARRETO GOMES.

Pelas 11.30 horas o Dr. A. PROENÇA DA CUNHA proferiu a sua lição intitulada «Interesse de Polarografia com o Método Analítico». O conferente depois de uma breve descrição dos fundamentos teóricos do método polarográfico, focou a técnica e os polarógrafos mais correntes.

Finalmente mostrou o seu interesse analítico mencionando as principais aplicações em medicina, bioquímica e farmácia.

Pelas 15 horas o Curso dirigiu-se ao Loreto a fim de visitar a Fábrica de Cerveja. Foram percorridas as modernas instalações da fábrica desde o departa-

mento de selecção das matérias-primas, passando pelos compartimentos apetrechados com maquinaria utilizada na fermentação, indispensável para a preparação da cerveja, pelo magnífico laboratório de análises de matérias-primas e dos produtos acabados, até às instalações de higienização de todo o material utilizado no seu acondicionamento.

As impressões colhidas foram as melhores demonstrando o grande benefício que Coimbra sofreu com as transferências da Fábrica para as referidas instalações.

A Direcção, muito gentilmente, ofereceu um «beberete», tendo agradecido em nome do Curso o Prof. Dr. J. RAMOS BANDEIRA.

Sob a direcção da Dr.<sup>a</sup> D. ERMELINDA GASPAR, analítica da Faculdade de Medicina, realizaram-se no dia 26 os trabalhos anunciados sobre «dificuldades em hematologia» e «observação de esfregaços de sangue e medula».

Os trabalhos práticos foram precedidos de breves considerações acompanhadas de projecção de diapositivos.

De tarde continuaram os trabalhos práticos sobre hemoculturas orientados pela Dr.<sup>a</sup> D. ADRIANA DE FIGUEIREDO.

Pelas 20 horas, o Curso reuniu-se num jantar de confraternização, realizado na Bairrada.

Finalmente, no dia 27 prosseguiram os trabalhos práticos da direcção da Dr.<sup>a</sup> D. ADRIANA DE FIGUEIREDO, que terminou com animado colóquio.

Do modo como resumidamente ficou relatado, terminou o IV Curso Prático de Análises de Aplicação à Clínica que durante uma semana funcionou no Centro de Estudos Bio-Galénicos da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra.



### FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS

Recebemos do Forum Atómico Português o extracto de alguns dos mais significativos artigos dos seus Estatutos, que seguidamente transcrevemos, para conhecimento geral:

Art. 3.º O objecto desta associação, entre outros autorizados pela lei, é o de contribuir para a promoção e coordenação de todos os esforços ao seu alcance que favoreçam o progresso e o desenvolvimento das aplicações pacíficas da energia nuclear em todos os campos.

§ único — Para isso deverá, em particular:

1.º organizar reuniões e realizar trabalhos de interesse geral, designadamente através dos Grupos de Trabalho previstos no Art.º 23.º;

2.º manter os seus sócios informados dos principais progressos técnicos da energia nuclear e das suas aplicações pacíficas e das perspectivas do mercado que esses progressos representam;

3.º divulgar entre o público em geral a importância para o bem estar social das aplicações pacíficas da energia nuclear, quer pela sua utilização directa, quer pelos mercados que criam, bem como procurar esclarecer os problemas relativos a riscos atómicos;

4.º promover o conhecimento das actividades nacionais nos diversos sectores das aplicações pacíficas da energia nuclear e dos esforços feitos para o seu desenvolvimento, através de conferências, congressos, exposições, etc.;

5.º colaborar com outros organismos nacionais ou internacionais prosseguindo objectivos análogos ou concorrentes para os mesmos fins gerais.

Art. 4.º Podem ser sócios do Forum Atómico Português todas as pessoas físicas ou morais de nacionalidade portuguesa ou não, que manifestem esse desejo e sejam recomendadas, para esse fim, por dois sócios de apoio ou efectivos, de nacionalidade portuguesa.

## I CONGRESSO LUSO-ESPAÑHOL-BRASILEIRO DE MEDICINA E FARMÁCIA

Está em vias de organização o I Congresso Luso-Espanhol-Brasileiro de Medicina e Farmácia, que se pensa realizar no Rio de Janeiro durante as comemorações do 4.º Centenário da fundação daquela cidade, o qual será patrocinado pela Academia de Medicina Militar Brasileira — segundo anuncia o jornal «Mundo Português» do Rio de Janeiro.

### FEDERAÇÃO INTERNACIONAL FARMACÊUTICA

A reunião do Conselho da F. I. P. em 1963, terá lugar em Varsóvia nos dias 16 a 19 de Setembro.

### ASSOCIAÇÃO QUÍMICA ARGENTINA

Para o biénio de 1962-1963, foram eleitos para constituir a Comissão Directiva da Associação Química Argentina, os seguintes senhores:

Presidente: Dr. Emilio A. Etchégaray; Vice-presidente: Dr.ª Inés Keszler; Secretário: Dr. Máximo Barón; 2.º Secretário: Dr. Jorge Comín; Tesoureiro: Dr. Hugo Tarnopoloky; 2.º Tesoureiro: Dr.ª Rosa M. Ferro; Bibliotecário: Dr. Oscar L. Galmarini; Vogais Titulares: Dr. Alfredo Iacobacci, Dr. Marcos Mitlag, Dr. Juan M. Castagnino, Dr. Bernardo Blum, Dr. Fernando Modern, Dr. Jorge Cervini, Dr. Jorge Ferrerari, Sr. Claudio Hirschfeld; Vogais Suplentes: Dr. Jorge Labat, Dr. Yamil Salum, Dr. Eugenia Ramos e Srt.ª Ana Maria Chiappori.

### COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

Foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, o Sr. Eng. Agrónomo João Le Cocq Abecasis, na vaga resultante da exoneração, que pediu, do Sr. Dr. Alberto Marques Mano de Mesquita.

## Centro de Documentação Farmacêutica

### IMPOSTO PROFISSIONAL DOS ANALISTAS

Nos termos do novo Código do Imposto Profissional os analistas, entre outros profissionais das «Profissões Liberais», são colectados pela *Tabela das actividades exercidas por conta própria*.

Em todos os concelhos há uma comissão para fixação da matéria colectável e em todos os distritos há também uma comissão para reclamações sobre a mesma matéria.

Destas comissões fazem parte delegados dos contribuintes, que são nomeados pelos sindicatos nacionais que os representam e, na falta destes, pela Câmara Municipal respectiva.

Em relação aos analistas — tratando-se de diplomados em Farmácia, a respectiva representação profissional pertence ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (1).

(1) A todos os colegas, de que teve conhecimento directo de estarem colectados em Imposto Profissional (por conta própria), enviou a Direcção um verbete para ser preenchido, o qual servirá de base para completar o Registo dos Analistas, neste Sindicato, nos termos e fins do art. 51.º do Código do Imposto Profissional. Espera a Direcção que todos respondam — assim como pede a todos os delegados das Comissões Concelhias que remetam ao Sindicato uma relação completa dos colegas que se acham colectados em cada concelho ou bairro fiscal, para efectivo «contrôle» e veracidade das relações a enviar às Finanças.

Assim, dando cumprimento ao que dispõem os artigos 11.º e 15.º daquele Código, a Direcção do nosso Sindicato, depois de ter consultado todos os colegas analistas constantes dos seus registos, elaborou — de acordo com os mesmos colegas — as referidas Comissões, de que damos seguidamente a respectiva composição:

#### Comissões Concelhias de fixação da matéria colectável

**ABRANTES:** Efectivo, Maria Salomé Falcão; Substituto, João da Silva Tavares.

**ALBERGARIA-A-VELHA:** Efect. Joaquim Gomes da Silva Janeiro; Subst. Maria Martins Ferreira Janeiro.

**ALCOBAÇA:** Efect. Hermínio Belo Marques.

**ALENQUER:** Efect. Maria do Patrocínio de Matos Coelho.

**ALMADA:** Efect. Maria de Lourdes Baptista; Subst. Maria José Proença Simões.

**ANADIA:** Efect., António Amílcar Miranda Guedes Alvim.

**BARCELOS:** Efect., Maria Fara Padim Brandão; Subst., Maria da Glória Pinheiro.

**BOMBARRAL:** Efect., José Vicente de Matos Mourão.

**BRAGA:** Efect., Manuel Justino da Cruz; Subst., Maria Lídia Soares Braga.

**BRAGANÇA:** Efect., Matilde de Jesus Sampaio.

**CALDAS DA RAINHA:** Efect., Maria Teresa Simões Pereira Nogueira; Subst., Artur Maldonado Freitas.

**CARTAXO:** Efect., Henrique dos Santos Silva; Subst., Matias Lopes Guedes.

**CASCAIS:** Efect., Maria Isabel Nobre de Figueiredo; Subst. Zélia Maria Gonçalves.

**CASTELO BRANCO:** Efect., Maria do Carmo Cavalheiro; Subst., Joaquim Capelo de Carvalho Boavida.

**CHAVES:** Efect., Maria Fernanda Sarmiento Lacerda.

**COIMBRA:** Efect. Prof. José Ramos Bandeira; Subst. Maria Augusta Mesquita.

**CORUCHE:** Efect., Maria Gabriela B. Santos Gonçalves.

**COVILHÃ:** Efect., Maria Cândida Silveira Nunes; Subst., Augusto Cantante Marques.

**ESTARREJA:** Efect., Ana Maria Campos de Sousa.

**FARO:** Efect., Amélia Crespo dos Santos.

**FIGUEIRA DA FOZ:** Efect., Rui Ferreira Alves; Subst., João Luciano Paour S. Manteiro.

**GUARDA:** Efect., Manuel Estêvão; Subst., Maria do Rosário Matos Correia Tavares.

**GUIMARÃES:** Efect., Fernando J. A. S. Monteiro; Subst., Fernando Xavier.

**LAMEGO:** Efect., António dos Santos Monteiro; Subst., Patrocínia Gomes Parente.

**LEIRIA:** Efect., Júlia Costa e Oliveira; Subst., Bartolomeu Bana Martins.

**LISBOA:** Efect., 1.º Bairro, Maria Helena Simões Correia Dinis Halpern; Efect. 2.º B.º, João Afonso Saraiva Canejo; Efect. 5.º B.º, Prof. Manuel Pinheiro Nunes; Efect. 6.º B.º, Maria Lucília Correia Tavares; Efect. 7.º B.º, Desidério Nunes Correia.

**MAFRA:** Efect., Joaquim Francisco Jorge Monteiro Chaves.

- MOGADOURO: Efect., Teresa M. Gomes Monteiro.
- MOURA: Efect., Nataniel Pedro.
- NAZARÉ: Efect., Armando dos Santos Laborinho.
- OEIRAS: Efect., Maria Leonor Cruz Simões de Oliveira.
- PENICHE: Efect., Maria Raquel Andrade Leitão.
- PESO DA RÉGUA: Efect. Florentino da Costa Rodrigues; Subst., Maria Margarida Soares Fortunato.
- POMBAL: Efect., Luís de Oliveira Torres; Subst., Adelino de Oliveira Torres.
- PONTA DELGADA: Efect., Weber Manuel de Medeiros; Subst., Gonçalo M. Paim Bruges Estrela Rego.
- PONTE DE LIMA: Efect., Manuel Amadeu Pinto de Araujo Pimenta.
- PORTIMÃO: Efect., António Vieira de Sousa.
- SANTARÉM: Efect. Virgílio Fernandes Santos; Subst. Rosa Maria Prieto Santos.
- SESIMBRA: Efect., Fernando de Figueiredo Lopes; Subst., Maria Fernanda Gouveia Lopes.
- SETÚBAL: Efect., João C. Santos Rodrigues; Subst., António Rosado Pinto.
- TOMAR: Efect., Maria Fernanda Caetano Galo; Subst., José João da Costa Correia.
- TORRES NOVAS: Efect., José Lopes Nicolau; Subst., Maria Amália de Freitas.
- TORRES VEDRAS: Efect. Marcolino Marques Vidal; Subst., Natália do Nascimento Bilhote.
- VIANA DO CASTELO: Efect., Armando da Silva Rangel; Subst., António Secundino de Sousa Vieira.
- VILA REAL: Efect., Ana Machado Botelho.
- VILA VIÇOSA: Efect., Joaquim F. Soeiro Torrinha.
- VISEU: Efect., Maria de Lourdes Dias; Subst., Lisete Esteves A. Lopes Lobão Ferreira.

## Centro de Documentação Farmacêutica

Comissões Distritais de Reclamações

- AVEIRO: Efectivos, António A. Miranda Guedes Alvim e Ana Maria Campos de Sousa; Subst., Maria A. Ferreira Janeiro.
- BRAGA: Efect., José António Beleza Ferraz; Subst., Major Hilário de Lima.
- CASTELO BRANCO: Efect., Maria Amélia Afonso; Subst., Maria Guedes Mourato Grave.
- COIMBRA: Efect., José Esteves Alves.
- LEIRIA: Efect., Bartolomeu Bana Martins e Adelino de Oliveira Torres; Subst., Hermínio Belo Marques e Júlia Costa e Oliveira.
- SANTARÉM: Efect., Matias Lopes Guedes e Rosa Maria Prieto Santos; Subst., José Lopes Nicolau e José João da Costa Correia.
- SETÚBAL: Efect., Fernando de Figueiredo Lopes e António Rosado Pinto; Subst., Maria Helena Santos Rodrigues.
- VIANA DO CASTELO: Efect., António S. Sousa Vieira; Subst., Manuel de Araújo Pimenta.
- VISEU: Efect., Leão Correia.



## I JORNADAS FARMACÊUTICAS PORTUGUESAS (V REUNIÃO ANUAL DOS FARMACÊUTICOS)

RECEITA	Balancete das Receitas e Despesas
339 inscrições nas «Jornadas» . . . . .	10 170\$00
288 inscrições para o Almoço de confraternização . . . . .	34 560\$00
Venda de material das decorações . . . . .	1 704\$00
Contribuição do Grémio Nacional das Farmácias . . . . .	10 000\$00
Contribuição do Grémio Nacional dos Industriais de Especialidades Farmacêuticas . . . . .	10 000\$00
Contribuição dos Laboratórios da Indústria Farmacêutica (1) . . . . .	34 000\$00
	<b>100 434\$00</b>
DESPESA	
Almoço em Ofir . . . . .	29 700\$00
Autocarros e transportes diversos . . . . .	7 159\$70
Concerto e chá na Faculdade . . . . .	5 773\$50
Emblemas . . . . .	4 721\$00
Franquias postais e telefone . . . . .	4 081\$40
Impressos (Livros, Separatas etc.) e Expediente . . . . .	13 918\$80
Material e decoração da Exposição . . . . .	13 759\$40
Serviços (operários e diversos) . . . . .	9 197\$50
<b>Saldo (2)</b> . . . . .	<b>12 122\$70</b>
	<b>100 434\$00</b>

(1) Contribuição dos Laboratórios da Indústria Farmacêutica:

1. Atral . . . . .	2 000\$00
2. Delta . . . . .	2 000\$00
3. Instituto Luso-Fármaco . . . . .	2 000\$00
4. Instituto Pasteur de Lisboa . . . . .	2 000\$00
5. Sanitas . . . . .	2 000\$00
6. Sociedade Industrial Farmacêutica . . . . .	2 000\$00
7. Laboratórios Vitória . . . . .	2 000\$00
8. Companhia P. Higiene . . . . .	1 200\$00
9. Farmoquímica Baldacci . . . . .	1 200\$00
10. Infar . . . . .	1 200\$00
11. Lab. . . . .	1 200\$00
12. Normal . . . . .	1 200\$00
13. Novil . . . . .	1 200\$00
14. Unitas . . . . .	1 200\$00
15. Wander . . . . .	1 200\$00
16. Zimaia . . . . .	1 200\$00
17. Davi . . . . .	1 000\$00
18. Lepetit . . . . .	1 000\$00
19. Andrómaco . . . . .	600\$00
20. Aclépius . . . . .	600\$00
21. Celsus . . . . .	600\$00
22. Estácio . . . . .	600\$00
23. Farmacológico . . . . .	600\$00
24. Iberfar . . . . .	600\$00
25. Isis . . . . .	600\$00
26. Jaba . . . . .	600\$00
27. Kevel . . . . .	600\$00
28. Medicamenta . . . . .	600\$00
29. Sano . . . . .	600\$00
30. Vicente Ribeiro & Carvalho da Fonseca, Lda. . . . .	600\$00
	<b>34 000\$00</b>

(2) Este saldo e as contribuições da Secção do Porto e do Sindicato (sede), destinaram-se a custear o Número Especial da «Revista Portuguesa de Farmácia» dedicado às Jornadas — conforme a seguir se especifica:

Custo total do Número Especial (arred.) . . . . .	57 272\$00
A deduzir o custo médio de um Número normal da Revista, em qualquer caso sempre pago pelo Sindicato . . . . .	20 000\$00
que foram assim liquidados:	<b>37 272\$00</b>
Pelo saldo das Jornadas . . . . .	12 122\$70
Pela contribuição da Secção do Sindicato (Porto) . . . . .	7 877\$30
Pela contribuição do Sindicato (Sede) . . . . .	17 272\$00
	<b>37 272\$00</b>

Nota: — Os Laboratórios Bial ofereceram o artístico Programa das Jornadas, que constituiu a sua contribuição. Os Laboratórios Lepetit puseram também um autocarro à disposição para transporte de congressistas para o Porto.

**CONGRESSO INTERNACIONAL DE FARMACÊUTICOS  
EM LISBOA**

A Federação Internacional dos Farmacêuticos Católicos realiza em Lisboa, no mês de Setembro do corrente ano, o seu 7.º Congresso que trará a Portugal farmacêuticos de quase todos os países do mundo livre.

Sendo cada vez mais prementes os problemas da socialização, resolveu aquela Federação, para melhor esclarecimento dos farmacêuticos católicos, escolher para tema de estudo «*A Farmácia perante a Socialização*» vista à luz da Encíclica Mater et Magistra.

Todos os farmacêuticos católicos interessados em obter esclarecimentos sobre este acontecimento podem dirigir-se à Associação dos Farmacêuticos Católicos, Campo dos Mártires da Pátria, 43 em Lisboa.

**PRODUTOS «DERMOPHARMACIE»**

No passado mês de Novembro, efectuou-se uma pequena reunião destinada a dar conhecimento aos elementos directivos da Classe Farmacêutica, do próximo lançamento em Portugal, de uma série de produtos de beleza denominados de «Dermopharmacie de Vichy», cuja venda far-se-á exclusivamente através da farmácia.

Trata-se de uma iniciativa de grande alcance a favor da economia da farmácia, que julgamos produzirá os efeitos que «a priori» se podem antever. De resto, a firma em questão, já usou do mesmo sistema de lançamento em outros países, nomeadamente Itália, França, Bélgica, Holanda, etc., sempre com os melhores resultados para ambas as partes intervenientes — casa produtora e farmácias distribuidoras.

Assistiram à reunião membros do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e do Grémio Nacional das Farmácias, pela Classe Farmacêutica e membros do Conselho de Administração e directores de vendas pela Sincoral, representante em Portugal dos referidos produtos.

**REGISTOS DIVERSOS Farmacêutica**

- A *Farmácia da Areosa*, do Porto, segundo escritura de partilhas, é propriedade do farmacêutico Lic. Renato Augusto Barbosa da Fonseca Moreira de Sá. (Of. D. G. S. 2826, de 1-9-1962).
- Pela farmacêutica Maria Teresa Gomes Parente do Patrocínio foi adquirida, por trespasse, a *Farmácia Gomes, Suers.*, do Porto. (Of. D. G. S. 2859, de 4-9-1962).
- Encontra-se encerrada a *Farmácia Costa Freixo*, de Ribeira de Santarém. (Of. D. G. S. 3006, de 18-9-1962).
- Também se encontra encerrada a *Farmácia Santa Maria*, de Coimbra. (Of. D. G. S. 3038, de 24-9-1962).
- Segundo a escritura arquivada na D. G. S., a farmacêutica Marília Amaral Borges Pires é a actual proprietária da *Farmácia Silva*, de Valada do Ribatejo. (Of. D. G. S. 3265 de 9-10-1962).
- Foi autorizada a instalar um *posto farmacêutico* em Alvoco da Serra (Seia), a farmacêutica Amália de Brito Pina. (Of. D. G. S. 3300, de 15-10-1962).

- Os actuais proprietários da *Farmácia Lopes*, de Monte Estoril, são os farmacêuticos Lic. Victor Hugo da Silva Cordeiro e Lic. Maria Ester Moreira Coimbra (firma Cordeiro & Vasconcelos, Lda.). (Of. D. G. S. 3361, de 23-10-1962).
- A *Nova Farmácia das Fontainhas*, de Fontainhas (Cascais), é propriedade da firma Nova Farmácia das Fontainhas, Lda. de que são sócios os farmacêuticos Lic. Dalila Andrade Cardoso Ribeiro Góis e Lic. Victor Hugo da Silva Cordeiro. (D. G. III Série, 22-10-1962).
- É propriedade do farmacêutico Lic. António de Sousa Marques, a *Farmácia Marques*, de Viseu. (Of. D. G. S. 4005, de 17-12-1962).

## FARMÁCIA MOREIRA MARQUES

## VENDE-SE

Ou trespassa-se, na cidade de Portalegre, com vários postos farmacêuticos (alguns bem apetrechados e mobilados), junto do Mercado Municipal — com móveis e todos os utensílios e certos produtos. Dirigir a T. Moreira Marques, Rua Luís de Camões, 13-2.º — Portalegre

## DIRECÇÕES TÉCNICAS DE FARMÁCIAS

Por transmissão de propriedade das farmácias a seguir indicadas, assumiram a respectiva direcção-técnica os farmacêuticos seguintes:

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos	
Nomes	Farmácias e Localidades
Jacinto José Pereira .....	<i>Godinho, Sucrs.</i> — Mértola
Gavorine Judas Travanca .....	<i>Araújo</i> — Feira
Maria Joana Figueiredo Silva .....	<i>Oliveira Carrasco</i> — Serpa
Maria José Marques de Mendonça .....	<i>Marques de Mendonça</i> — Porto
Manuel José Veloso de Matos .....	<i>Alves Moreira</i> — Porto
Aniceto António Martins.....	<i>Faria</i> — Moura
Olimpio do Amaral e Manuel Morais S. Saraiva .....	<i>Confiança</i> — Pero Pinheiro
Maximina Irene Monteiro Teixeira .....	<i>Roda</i> — Proença-a-Nova
Maria Adelaide Soromenho Viana B. Ferraz Leal .....	<i>Soromenho</i> — Seixal
José A. M. Maciel Beleza Ferraz .....	<i>Moderna</i> — S. Julião de Freixo
António L. Teixeira de Aragão G. Reis ...	<i>Marteleirense</i> — Marteleira
Maria Ângela Guimarães Morais .....	<i>Morais</i> — Merceana
Diná C. Andrade M. Filipe .....	<i>Pereira (actual Andrade)</i> — Sousel

## LICENCIAMENTO DE FARMÁCIAS

Pela Direcção-Geral de Saúde — Serviços Técnicos do Exercício de Farmácia e Comprovação de Medicamentos — foram expedidos os alvarás de licenciamento das seguintes farmácias:

N.º e datas dos Alvarás	Farmácias e Localidades	Proprietários
1007—29- 8-1962	<i>Magalhães</i> — Mogadouro .....	Francisco Bernardo Alves
1008—29- 8-1962	<i>Pimentel</i> — Valpaços .....	António José Pimentel Júnior
1009— 3- 9-1962	<i>Saião</i> — Setúbal .....	Ana Rita de Oliveira Carrasco Saião
1010—25- 9-1962	<i>Portugal</i> — Alhos Vedros .....	Bernardina de Matos Alves Salgado Sancho
1011— 2-10-1962	<i>Aisir</i> — Parede .....	Luísa Manuela Dias da Silva Alves da Costa
1012— 4-10-1962	<i>Neto</i> — Aveiro .....	Maria da Conceição Soares Neto
1013—18-10-1962	<i>Do Lidador</i> — Porto .....	Sofia Pessegueiro de Miranda e Brito
1014—24-10-1962	<i>Macedo, Filhos</i> — Lisboa .....	António Jorge de Lemos e Sousa Macedo
1015—10-11-1962	<i>S. Dinis</i> — Porto .....	Natércia dos Anjos Pereira
1016—28-11-1962	<i>Amadora</i> — Amadora .....	Aída Maria Metelo de Almeida Retto
1017—29-11-1962	<i>Dias</i> — Amadora .....	Maria José Dias Tomé

## Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

# INDICE

## Volume XII (1962)

### 1) ASSUNTOS:

<i>Abertura e Transferência de Farmácias (Portaria n.º 19 378)</i> .....	417
<i>Algas Industrializáveis Portuguesas</i> .....	371
<i>«Aloe Vera» L. de Cabo Verde (Estudo de)</i> .....	329
<i>Análises de aplicação à Clínica (IV Curso prático de... em Coimbra)</i> .....	525
<i>Antissépticos e desinfectantes</i> .....	151
<i>Ascorbato de sódio (Nota sobre o ensaio de esterilidade da solução injectável de)</i> .....	470
<i>Assistência Farmacêutica pelos Serviços Médico-Sociais (Port. 19 555)</i> .....	523
<i>Bibliografia (Livros publicados e publicações)</i> .....	55, 404 e 506
<i>Bromatologia (O farmacêutico e a)</i> .....	137
<i>Clordiazepóxido e seus preparados galénicos (Identific. e dosagem do)</i> .....	338
<i>Cobertura Farmacêutica e Sanitária do País (Colaboração do farmacêutico das Misericórdias na)</i> .....	209
<i>Código Deontológico para os farmacêuticos portugueses (Necessidade da promulgação de um)</i> .....	142
<i>Colírios (Preparação dos)</i> .....	191
<i>Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (Taxas a cobrar pela)</i> .....	421
<i>Conferências e lições no Sindicato Nacional dos Farmacêuticos</i> .....	524
<i>Congresso (VI) da Sociedade Italiana de Farmácia Hospitalar, 88 e</i> .....	428
<i>Conservantes (Os) em Farmácia</i> .....	168
<i>Cromatografia (Curso prático de... em Coimbra)</i> .....	86 e 424
<i>Cromoforo (Reacções coradas de) 1,4-dieno-3-ona em esteróides</i> .....	465
<i>Custo da Produção (Cálculo do) numa farmácia hospitalar</i> .....	226
<i>Desinfectantes (Antissépticos e)</i> .....	151
<i>Disposições Oficiais</i> .....	70, 416 e 522
<i>Doentes Tuberculosos (Internamento de)</i> .....	420
<i>Electroforese (Curso prático de... em Coimbra)</i> .....	86 e 424
<i>Enzimologia — Doseamento de Piridino Nucleotidos por Fluorometria</i> .....	236
<i>Estatuto de Saúde e Assistência</i> .....	78



Esterilidade da Solução Injectável de Ascorbato de Sódio (Nota sobre o ensaio de) .....	470
Etionamida (Um novo método de síntese de) .....	321
Faculdade de Farmácia de Coimbra (Restauração da) .....	82
Faculdade de Farmácia do Porto (Actividades da) .....	83
Farmacêutico Hospitalar (O) como consultor de terapêutica .....	221
Farmacêutico das Misericórdias (colaboração do... na cobertura Farmacêutica e Sanitária do País) .....	209
Farmácia Hospitalar .....	67, 91, 128, 226, 412 e 517
Farmácia Industrial .....	63, 411 e 514
Farmácia de Oficina .....	61, 409 e 512
Farmacopeia Portuguesa IV (Suplemento à) .....	422
Finalistas de cursos superiores (Estágio de... no Ultramar), Dec. 44 314 .....	419
Fórum Atómico Português .....	527
Hospitais (Organização Interna da Direcção-Geral dos), Portaria 19 221 .....	416
Imposto Profissional dos Analistas (Comissões de fixação e reclamações da matéria tributável) .....	528
Indústria (A) Farmacêutica Portuguesa e o Mercado Comum Europeu .....	63
Indústria de Produtos Farmacêuticos (Nota Comissão Reorganizadora da), Portaria n.º 18 947 .....	75
Insectos (O farmacêutico e a necessidade da sua crescente intervenção na luta contra os) .....	292
Jornadas (I) Farmacêuticas Portuguesas — Organização, Programa, Relato das Sessões e balancete das contas .....	101, e 531
Laboratório de Fitofarmacologia (Decreto n.º 44 480) .....	421
Medicamentos (Troca de... por alteração de preços) .....	77
Medicamentos Importados (Embalagem e Análise de), Portaria 19 078 .....	76
Metandrostenolona (Aplicação ao doseamento da) .....	465
Microscopia Analítica (O farmacêutico e a) .....	302
Misturas Medicamentosas (Verificação de) .....	21
Momento (O) Farmacêutico (Documentos) .....	91 e 433
«Mycobacterium Tuberculosis» (Investigação Laboratorial do) .....	344
Novas Especialidades Farmacêuticas (Lançamento no mercado de Oxiconona por espectrofotometria no U.V. (Nota sobre o doseamento dos preparados galénicos de) .....	476
Perguntas e Respostas .....	68, 414 e 519
Piridino Nucleotidos por fluorometria (Doseamento do) .....	236
Plantas Medicinais do Ultramar (Contribuição dos portugueses para o conhecimento das) .....	4
Postos de Enfermagem .....	421
Preços dos Medicamentos na Madeira e Açores .....	77
Preparados Galénicos de Oxiconona por espectrofotometria no U.V. (Nota sobre o doseamento) .....	476
Propriedade de Farmácia (Declarações de S. Ex.º o Ministro da Saúde acerca da proposta de lei sobre a) .....	433
Quadro do pessoal de Investigação da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários (Admissão dos Licenciados em Farmácia no), Decreto n.º 44 246 .....	74, 98 e 99
Química forense (Tendências modernas da) .....	265
Reacção de Wasserman (Standardização da... na Serologia da sífilis) .....	245

<i>Regimento Geral dos Preços dos Medicamentos e Manipulações</i> (Portaria n.º 19 240) .....	416 e	522
<i>Regulamentação dos Serviços Farmacêuticos Hospitalares (Dec. 44 204)</i> .....		70
<i>Regulamento do Comércio dos Medicamentos Especializados (Futuro)</i> .....		61
<i>Remunerações dos internos farmacêuticos dos Hospitais — Despacho ...</i>		522
<i>Remunerações aos médicos e farmacêuticos em serviço nas Forças Armadas (Decreto n.º 44 723)</i> .....		522

Resumos:

<i>Farmácia Galénica</i> .....	49, 401 e	500
<i>Farmacognosia e Análises Aplicadas</i> .....	54, 402 e	502
<i>Química Farmacêutica</i> .....	47, 399 e	498
<i>Reunião (IV) dos Estudantes de Farmácia em Coimbra</i> .....		87
<i>Serologia da Sífilis — Estandarização da Reacção de Wasserman</i> .....		245
<i>Síntese de Etionamida (Um novo método de)</i> .....		321
<i>Sulfadimetoxina (Separação cromatográfica com coloração diferencial da)</i> .....		1
<i>Sulfametoxipiridazina (Separação cromatográfica com coloração diferencial da)</i> .....		1
<i>Suspensões Oraís</i> .....		482
<i>Tinturas da Farmacopeia Portuguesa (Análise de algumas)</i> .....		449
<i>Toxicomania, flagelo social</i> .....		310
<i>Transferência (e Abertura) de Farmácias (Portaria n.º 19 378)</i> .....		417

## 2) AUTORES:

BERREDO (F.) .....		245
CARDOSO DO VALE (José) .....		449
CARRILHO (Orlando M.) .....		1
CARVALHO GUERRA (F.) .....		236
CORREIA ALVES (A.) .....		302
CORREIA RALHA (A. C.) .....	83 e	265
CORREIA DA SILVA (A. C.) .....		4
COURTOIS (Jean Emile) .....		85
CRUZ (M. Justino) .....		209
DIAS AGUDO (Maria Helena) .....		221
DIAS NOGUEIRA (Maria Helena) .....		226
FARIA (Maria Emília) .....		470
FERREIRA BRAGA (Maria Margarida Silva) .....		21
FILIPE (Maria Avelina R.) .....		482
FONSECA LOURENÇO (Júlio da) .....		371
LEITE INÁCIO (Maria Manuela) .....	388 e	476
LOPES LEAL (Maria Manuela) .....		476
LUPI NOGUEIRA (A.) .....	168 e	470
LUZ CLARA (Maria Manuela) .....		221
MARQUES LEAL (Aluísio) .....	128, 338 e	476
NASCIMENTO (J. M.) .....	321 e	465

NUNES BARATA .....		
NUNES DE OLIVEIRA (Joaquim José) .....	78 e	1:
PALLA CARREIRO (A. A.) .....		2:
OLIVEIRA BARROSA (Maria Teresa de) .....		191
PEREIRA JOR. (Albano) .....	142 e	329
PEREIRA (J.) .....		329
PEREIRA (Maria Manuela A.) .....		329
PINTO (Orlando) .....		1
SERPA DOS SANTOS (Maria) .....		151
SANTOS SILVA (Henrique dos) .....		344
SILVA (M. L.) .....		465
SILVA CARVALHO (L.) .....		422
SOUTO TEIXEIRA (J.) .....		310
VENDA (M. H.) .....		321



**MEX**

**E**

**REGLEX**

**10 PENSOS HIGIÉNICOS SOLÚVEIS**  
Preço 10\$00

Peça nas casas da especialidade ou ao Distribuidor:  
**C. SANTOS CARVALHO**  
Telef. 77 30 29 — Apartado 1096  
LISBOA 1



**GRÁFICA BOA NOVA, L. DA**

- LIVROS
- REVISTAS
- JORNAIS

Rua Alves Torgo, 2-A • Telef. 73 65 33 • LISBOA 1



Centro de Documentação Farmacêutica  
da Ordem dos Farmacêuticos



Centro de Documentação Farmacêutica  
da Ordem dos Farmacêuticos





Centro de Documentação Farmacêutica  
da Ordem dos Farmacêuticos



Order of the Dragon of the Republic of China

Order of the Dragon of the Republic of China

